UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

EDUARDO GOMES SOARES

A INVESTIGAÇÃO E O RESGATE DO DEVER SOCIAL DO JORNALISMO: UM ESTUDO DE REPORTAGENS INVESTIGATIVAS PUBLICADAS EM SÉRIE PELO JORNAL O POPULAR E PELA REVISTA ISTOÉ

GOIÂNIA
2007

EDUARDO GOMES SOARES

A INVESTIGAÇÃO E O RESGATE DO DEVER SOCIAL DO JORNALISMO:
UM ESTUDO DE REPORTAGENS INVESTIGATIVAS PUBLICADAS EM SÉRIE PELO JORNAL O POPULAR E PELA REVISTA ISTOÉ

Monografia apresentada ao curso de bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Goiás.
Área de Concentração: Jornalismo Investigativo e Ética Jornalística
Orientadora: Prof. Ms. Angelita Pereira

Goiânia
2007

EDUARDO GOMES SOARES

A INVESTIGAÇÃO E O RESGATE DO DEVER SOCIAL DO JORNALISMO:
UM ESTUDO DE REPORTAGENS INVESTIGATIVAS PUBLICADAS EM SÉRIE PELO JORNAL O POPULAR E PELA REVISTA ISTOÉ

Dissertação defendida no Curso de Graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharel, aprovada em _____ de _____ de _____, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____
Prof. Ms. Angelita Pereira - UFG
Presidente da Banca

_____
Prof. Dr. Juarez Maia

A Anailda, in memoriam, minha avó, companheira, incentivadora, exemplo e quem me deu o primeiro abraço em comemoração pela conquista de estudar em uma universidade pública.

AGRADECIMENTOS

A professora e orientadora Angelita Pereira, pela confiança, dedicação e inteligentes correções.

Aos familiares, namorada e amigos, que contribuíram com incentivo e muita paciência.

“Poucos gostam de ouvir falar nas faltas que com prazer praticam”
William Shakespeare

RESUMO

Este trabalho apresenta a análise de duas séries de denúncias – uma publicada pela revista IstoÉ e a outra pelo jornal O Popular. O primeiro impresso expõe uma máfia, composta por funcionários de alto escalão da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, que extorquia empresários devedores do fisco; enquanto o segundo denuncia um esquema de aliciamento e tráfico internacional de mulheres goianas. O exame teve como objetivo não somente verificar o cunho investigativo das matérias, mas a partir das mesmas, realizar uma análise de todo o procedimento adotado pelos jornalistas – e pelas empresas nas quais os mesmos representavam –, desde a apuração dos fatos e o fechamento do texto até a publicação das notícias. Além disso, como uma forma de enriquecer o material de estudo, foram realizadas entrevistas com os jornalistas-autores das reportagens – uma alternativa encontrada para levantar informações dos bastidores enquanto os repórteres ainda realizavam a apuração dos fatos. Todo esse procedimento foi adotado para cumprir com o objetivo deste trabalho, que concentra esforços, antes de tudo, na busca de parâmetros que validam o Jornalismo Investigativo como categoria responsável por resgatar as práticas investigativas da essência do Jornalismo. E para tanto, o presente trabalho apresenta o Jornalismo Investigativo e suas principais características definidoras; retrata ainda as diferentes visões acerca do assunto e expõe o pensamento de teóricos e profissionais da área que negam a utilização do termo, pois sentenciam que todo Jornalismo é atividade imprescindivelmente investigativa. Por outro lado, a pesquisa também aponta alguns profissionais que assumem o gênero e o distinguem de outras categorias. Para a confirmação de intuições e o cumprimento de todas as finalidades propostas, o seguinte trabalho acolheu o estudo de caso, além de uma entrevista com os repórteres das matérias já destacadas; como opções metodológicas mais adequadas para apuração. Foram levantadas e analisadas três questões após a leitura das matérias (cinco do jornal O Popular e duas da revista IstoÉ): a primeira foi a de verificar como uma apuração jornalística pode tornar-se um trabalho investigativo. Em seguida, foi analisada a possibilidade de o Jornalismo Investigativo figurar uma modalidade capaz de resgatar a essência do Jornalismo. E, por fim, foi apurado se esta modalidade pode também representar um trabalho de interesse dos cidadãos e se um jornalista pode ignorar alguns preceitos éticos para descobrir um fato, mesmo que este seja de interesse da sociedade. As proposições receberam indícios suficientes para comprovação, mas o debate continua pertinente.

Palavras-chave: jornalismo investigativo, denúncia, ética jornalística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

1. O JORNALISMO E A CATEGORIA INVESTIGATIVA 11

1.1 AS EVOLUÇÕES: TECNOLÓGICA E JORNALÍSTICA 13

1.2 A ASCENSÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO 17

1.3 O Jornalismo Investigativo e o Livro-Reportagem 21

1.4 O Jornalismo e suas funções sociais 22

1.3 ABRAJI – a consolidação da investigação jornalística no Brasil 25

2. A BUSCA PELA VERDADE E O DILEMA ÉTICO 27

2.1 A PRÁTICA JORNALÍSTICA E AS QUESTÕES ÉTICAS 29

3. MATERIAL E MÉTODOS 35

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ASPECTOS EMPÍRICOS 38

4.1 Máfia dos Fiscais: vitória da investigação 38
4.1.1 Edição número 1 - 15/01/2003 - Manchete: "Quadrilha Fiscal" 40
4.1.2 Edição número 2 - 05/02/2003 - Manchete: "Ralo da Impunidade" 43

4.2 Tráfico internacional de mulheres: uma aposta do jornal O Popular 45
4.2.1 Edição número 1 - 30/11/2000 - Manchete: "Pesquisa vai investigar aliciamento de goianas" 49
4.2.2 Edição número 2 - 01/12/2000 - Manchete: "Ameaças dificultam cerco a traficantes de mulheres" . 50
4.2.3 Edição número 3 - 13/12/2000 - Manchete: "Consulado tenta libertar goianas escravizadas" 51
4.2.4 Edição número 4 - 14/12/2000 - Manchete: "Aliciadas caem no golpe da babá" 53
4.2.5 Edição número 5 - 19/12/2000 - Manchete: "Acusado de escravizar goianas em clube é preso" 54

5. A INVESTIGAÇÃO E SEUS RESULTADOS 56

6. CONCLUSÃO 59

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 62

ANEXOS 64

Quadrilha Fiscal – Ed. n° 1 - 15/01/2003 64

Ralo da Impunidade – Ed. n° 2 - 05/02/2003 70

Pesquisa vai investigar aliciamento de goianas – Ed. n° 3 – 30/11/2000 75

Ameaças dificultam cerco a traficantes de mulheres – Ed. n° 4 – 01/12/2000 76

Consulado tenta libertar goianas escravizadas – Ed. n° 5 – 13/12/2000 77

Aliciadas caem no golpe da babá – Ed. n° 6 – 14/12/2000 78

Acusado de escravizar goianas em clube é preso – Ed. n° 7 – 19/12/2000 79

Quadro 1 – categorização: revista IstoÉ 80

Quadro 2 – categorização: jornal O Popular 81

Entrevista com Amaury Ribeiro Jr 84

Entrevista com repórter Marília Assunção 90

INTRODUÇÃO

A presença da internet, do telefone, do fax e de tantos outros utensílios no cotidiano da sociedade e, em específico, do jornalista, tem ocasionado uma verdadeira revolução em termos de velocidade e tempo – além de, claro, proporcionar certa comodidade. Hoje, com o auxílio destas ferramentas é possível pesquisar sobre diversas coisas ao mesmo tempo sem a necessidade de se deslocar. Além disso, as informações que não estão em rede virtual podem ser obtidas facilmente por fax ou e-mail produzidos por assessorias de comunicação. Por tal motivo, as práticas investigativas do *Jornalismo* foram reduzidas. Antigamente era, de fato, necessário iniciar um trabalho de investigação para levantar as informações necessárias para a produção de uma reportagem.

Esta pesquisa desvia-se da discussão de termos e definição do *Jornalismo Investigativo* para apresentá-lo como uma modalidade consolidada e reconhecida dentro do *Jornalismo*. Sendo assim, o presente estudo analisa a possibilidade desta modalidade ser capaz, ou não, de resgatar as práticas investigativas do *Jornalismo*. Para alcançar tal objetivo, o método escolhido foi a realização de pesquisas bibliográficas e documentais – reportagens publicadas pela revista *IstoÉ* e pelo jornal *O Popular* –, seguidas de entrevista com os jornalistas-autores das matérias selecionadas; com o intuito de enfatizar, comprovar e ressaltar o ponto de vista obtido a partir do estudo desses conteúdos.

A análise bibliográfica foi utilizada como forma de possibilitar melhor compreensão e reunir embasamentos teóricos para o estudo das práticas investigativas jornalísticas; além servir para destacar as questões éticas presentes no cotidiano dos profissionais deste setor. Portanto, o embasamento teórico deste trabalho consistiu em apresentar os fundamentos necessários para alcançar maior adequação ao tema e a proposta em questão, sem que esta última caia em senso comum. Para isso, foi necessária a apresentação dos conceitos de *Jornalismo* e de *Jornalismo Investigativo* – apesar de situar esta modalidade como consolidada dentro da profissão –, como também, o de *Ética Jornalística*. Este último foi pautado de acordo com visões de teóricos e do novo código de ética dos jornalistas,

estabelecido em recentemente (agosto de 2007) pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Foram abordados pontos de vistas e definições apresentados por diversos autores e, a partir desta análise, foi possível então reunir dados suficientes que possibilitaram, também, uma sedimentação do conteúdo e o aprimoramento de informações que foram utilizadas durante as etapas mais relevantes do presente estudo: a análise documental e as entrevistas.

Durante a escolha do material para a análise documental desta pesquisa, levou-se em consideração o fato das reportagens já apresentarem características que as pudessem ser classificadas como investigativas. Ao todo, foram selecionadas sete matérias: duas da revista *IstoÉ* e cinco do jornal *O Popular*.

As matérias da revista *IstoÉ*, publicadas em 2003, fizeram parte de uma série de reportagens que denunciavam a existência de um grupo de dirigentes e funcionários públicos especializado em extorquir empresas devedoras do Fisco – com a conivência de auditores da Receita Federal –, no Rio de Janeiro. As matérias do jornal *O Popular*, publicadas em 2000, também eram parte de uma série de reportagens, mas abordaram um outro assunto: tráfico internacional de mulheres goianas para a Europa.

Em seguida, como forma de reforçar e ampliar o conteúdo de análise, foram entrevistados os repórteres autores das matérias referidas, a partir de um roteiro de perguntas estabelecido de acordo com os interesses deste estudo. Foram reunidas informações que não estavam presentes nas reportagens, como métodos de apuração, prazo estipulado para entrega das matérias, conflitos de ética e, ainda, a repercussão que as notícias trouxeram ao próprio repórter e também à sociedade; embora esse não seja o ponto principal da pesquisa, já que tornaria o seu foco difuso.

A última etapa da pesquisa constituiu-se em destacar os resultados e a discussão dos elementos colhidos durante a análise, para só então apresentar a conclusão com as respostas para as hipóteses formuladas.

1. O JORNALISMO E A CATEGORIA INVESTIGATIVA

Nos rumos do avanço da civilização, bem como da globalização e da democracia, o *Jornalismo* mudou: institucionalizou-se, ampliou seu foco e, claro, evoluiu. Ao mesmo passo os interesses, as atitudes, o profissionalismo e a técnica dos próprios repórteres e demais profissionais do setor foram aperfeiçoados com o desenrolar das gerações. Com o acúmulo gradual de experiências, a cobertura jornalística foi aos poucos sendo estendida em diferentes segmentos; o que gerou ramificações dentro do *Jornalismo*, que se dividiu em diversas modalidades. Uma delas é o *Jornalismo Investigativo*, na qual está concentrada a área de pesquisa do presente estudo.

Há poucos anos, o jornalista, além de ir direto ao local do fato e estar presente nas ruas, ele também recorria ao fax, ao telefone, aos livros, dentre tantos outros instrumentos imprescindíveis para levantar informações necessárias para a confecção de uma reportagem. Hoje tudo isso foi substituído pela facilidade proporcionada pela internet, que já está arraigada em nosso cotidiano. Produzir uma matéria está se tornando uma tarefa (cada vez) mais fácil. O repórter contemporâneo – com o auxílio de todo esse aparato – pode investigar de forma simples, rápida e objetiva. Por isso, muitos profissionais e estudiosos da área consideram que todo este avanço, somado ao comodismo do repórter, ocasiona uma drástica redução das práticas investigativas no cotidiano do jornalista.

Por outro lado, quando o *Jornalismo Investigativo* é apresentado como uma nova modalidade jornalística, muitos profissionais e estudiosos da área consideram esta definição estruturada em termos redundantes, desnecessários. O jornalista Ricardo Noblat, por exemplo, é um deles. Ele ressalta seu ponto de vista em um artigo publicado no livro *Jornalismo Investigativo*, de Leandro Fortes: "Embora consagrada, acho redundante a expressão 'jornalismo investigativo'. Ou 'jornalismo de investigação'. Porque todo jornalismo pressupõe investigação" (NOBLAT apud FORTES, 2005, p.80).

Bob Fernandes, repórter e editor-chefe da revista *Carta Capital*, por mais de 10 anos, em entrevista a revista *Caros Amigos*, publicada em maio de 2004, deixou a seguinte declaração acerca do tema: "Tenho uma certa urticária quando ouço falar de jornalismo investigativo, por uma questão, digamos, filosófica. Acho que todo repórter é

investigativo". É seguindo esse tipo de raciocínio que muitos profissionais e estudiosos da área definem o *Jornalismo Investigativo* como um pleonasmo ou, apenas, uma definição desnecessária dentro do *Jornalismo*, já que partem da premissa de que toda prática jornalística deve constituir-se da investigação como ponto de partida.

No entanto, há os que se posicionam favoravelmente concepção do *Jornalismo Investigativo* como uma modalidade jornalística, tendo em vista que estes consideram o trabalho do repórter baseado em informações que vão além das colhidas em internet e/ou assessorias de comunicação. Percival de Souza é citado por Cleofe Monteiro, ocasião em que destaca sua opinião acerca do debate:

> (...) não importa a terminologia: o certo é que existe, realmente, um tipo de jornalismo em que o repórter precisa batalhar pelas informações, desenvolver técnicas próprias de apuração, ter uma metodologia para construir a reportagem. É o processo de trabalho do repórter que diferencia a reportagem investigativa dos outros tipos de reportagem (SOUZA apud SEQUEIRA, 2005 p. 63).

Em questão de termos históricos, a ascensão do *Jornalismo Investigativo* se deu após a II Guerra Mundial (1938 – 1945), especialmente nos Estados Unidos, após os jornalistas do *Washington Post*[1], Carl Bernstein e Bob Woodward, desvendarem o caso que ficaria conhecido como Watergate, no qual acarretou a renúncia do presidente republicano dos Estados Unidos, Richard Nixon. Este caso será abordado futuramente nesta pesquisa por se tratar de um fato relevante e interligado com o objeto de análise do presente estudo.

Antes de adentrar nos pormenores desta modalidade jornalística, faz-se necessária a compreensão do processo evolutivo do *Jornalismo* em si, até a sua chegada aos dias correntes, para podermos compreender a discussão acerca de sua definição e características, o que nos remete aos primórdios da história da imprensa.

[1] O *The Washington Post* é talvez o mais velho jornal em Washington, a capital dos Estados Unidos da América. O periódico ganhou fama mundial no começo dos anos 1970 por sua investigação do caso Watergate, realizada pelos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein, responsáveis pelo fim do mandato de Nixon na presidência. Por este feito, o *Post* ganhou o prêmio Pulitzer, por serviço público. O *Post* é um dos líderes no jornalismo diário dos Estados Unidos, ao lado de jornais como The New York Times, The Wall Street Journal e Los Angeles Times. O *Post*, previsivelmente, distingui-se pela reportagem dos trabalhos da Casa Branca, do congresso, e outros aspectos do governo norte-americano.

1.1 AS EVOLUÇÕES: TECNOLÓGICA E JORNALÍSTICA

No século XV, o inventor alemão, Johannes Gutenberg, desenvolveu uma máquina tipográfica inspirada nas prensas utilizadas para espremer uvas para a fabricação do vinho. Feito de madeira, o invento possibilitou a presença inédita de caracteres móveis na impressão. Acredita-se que a imprensa tenha sido um dos maiores inventos da humanidade; Gutenberg ficou famoso por sua contribuição para o avanço da tecnologia deste segmento.

Três séculos mais tarde a tipografia consolidaria uma conquista ainda maior. Desenvolvida em 1795 pelo filantropo inglês Lord Charles Stanhope, - para publicar suas obras pessoais –, a prensa pela primeira vez foi totalmente construída em ferro, excluindo a cruz em madeira onde assentava o papel. Com estas melhorias no sistema de prensagem e na entintagem (feita manualmente com as chamadas "balas"), o prelo de Stanhope permitia uma produção de 100 exemplares à hora. A sua penetração no restante do continente europeu foi muito rápida, tendo chegado à França em 1814 – estando já algum tempo a serviço do jornal inglês "Times".

No ano seguinte, em 1796, o inventor checo Aloysius Senefelder desenvolveu a litografia – palavra de origem grega formada por *lithos* (pedra) e *grapho* (escrever). Essa técnica utilizava uma pedra calcária de grão muito fino e de cor azulada/amarela e baseava-se na repulsão entre a água e as substâncias gordurosas, obtendo a impressão com um ligeiro alto-relevo. Neste contexto, cita Melo (2003, p. 29), que Senefelder apresentou um novo sistema de impressão que revolucionou a sociedade. Com a criação da primeira máquina cilíndrica, a introdução do seu mecanismo na imprensa facilitou e tornou mais veloz a reprodução.

É importante mencionar que a evolução, propriamente dita, partiu da criação desta máquina relatando ainda que o trabalho realizado pelo compositor manual foi extinto em conseqüência do surgimento da composição mecânica, o então chamado sistema *off-set*: inventado no principio do século XX, mas que veio realmente aparecer somente após a II Guerra Mundial, substituindo a impressão tipográfica tradicional. Segundo Melo (2003, p. 29), com o avanço da tecnologia, surgem os sistemas computadorizados e de

telecomunicações que conquistam rapidamente o ambiente jornalístico, permitindo assim impressões simultâneas à distância.

Melo (2003, p. 30-31), reporta-se ao século XVIII, para afirmar que a mídia impressa surgiu como instrumento de emancipação, para tornar-se, no século XX, um eficiente meio de dominação e controle social, em que pese a fragmentação pós-moderna de mensagens e públicos. Embora seja importante enfatizar que a realidade do jornalismo impresso e informacional torna possível uma competência democrática mais alargada, priorizando a eficácia política e social.

As mídias, de um modo geral, devem ser cuidadosamente estudadas para verificar se os seus efeitos estão preservando e desenvolvendo os valores humanos ao invés de deteriorá-los. A escrita, por exemplo, mudou radicalmente nossa forma de pensar. É uma revolução no processo da apreensão do conhecimento humano. Há uma grande diferença entre ouvir alguém falar e ler o que essa pessoa escreve.

Sendo assim, salientamos que a invenção da escrita data de aproximadamente cinco mil anos antes de Cristo. Ela foi atribuída ao povo de *Uruk*, que se localizava ao sul da Mesopotâmia. Mas os monumentos escritos mais antigos estão no idioma sumério. Naquela época ainda não havia o alfabeto, que só seria inventado três mil anos depois. Os sumérios utilizavam uma escrita cuneiforme, baseada em ideogramas. Os fenícios foram os primeiros a sistematizar o uso de um alfabeto. (EISENSTEIN, 1998, p. 35)

Traquina (2004, p. 15) contextualiza que junto com o papiro e o papel, a grande revolução na propagação da cultura escrita foi a invenção da imprensa. E apesar da fama de Gutemberg, seus verdadeiros criadores foram os chineses. O primeiro livro impresso data de 868 e a invenção do tipo móvel foi aproximadamente em 1040.

Gutemberg ficou conhecido no mundo ocidental como o grande revolucionário da impressão porque uma de suas primeiras obras impressas foi a Bíblia, no ano de 1456. Entretanto é inegável a sua vital importância na história da sociedade que ele influenciou.

Mas, mesmo antes de Gutemberg, as notícias já circulavam de forma esporádica na Idade Média, e foi consolidada nos séculos XIV e XV. Eram as informações manuscritas, que cresceram durante o desenvolvimento da civilização. Entretanto, apesar da razoável difusão quantitativa das notícias manuscritas, a impressão é realmente a verdadeira revolução da história do *Jornalismo*. Na onda da emergente indústria do livro, surge uma

nova, que cresce entre os restos de papel e as folhas soltas que dão origem a pequenas publicações periódicas.

Marcondes Filho (apud, Melo, 2003, p. 35) traça um quadro evolutivo de épocas distintas, onde podemos caracterizar a pré-história do *Jornalismo*: de 1631 a 1789: caracterizada por uma economia elementar, produção artesanal e forma semelhante ao livro. A primeira (1789-1830): Caracterizada pelo conteúdo literário e político, com texto crítico, economia deficitária e comandado por escritores, políticos e intelectuais. Segunda (1830 a 1900): contextualizada pela caracterização da imprensa de massa; marca o início da profissionalização dos jornalistas, a criação de reportagens e manchetes, a utilização da publicidade e a consolidação da economia da empresa. Terceira (1900 a 1960): surgimento da imprensa monopolista, marcada por grandes tiragens, influência das relações públicas, grandes rubricas políticas e fortes grupos editoriais que monopolizam o mercado. Quarta (1960 em diante): caracterizada pela informação eletrônica e interativa, como ampla utilização da tecnologia, mudança das funções do jornalista, muita velocidade na transmissão de informações, valorização do visual e crise da imprensa escrita.

No período posterior a 1964, a imprensa brasileira, em suas manifestações mais sensíveis para a realidade nacional, especificamente sob o gênero jornalístico da reportagem, pautou parte significativa de sua produção em relação ao movimento pelo qual se norteavam as demais manifestações artístico-culturais promovidas no país. É possível identificar um discurso libertário e contestador, comum às produções mais conseqüentes da cultura brasileira, isto é, aquelas que identificaram no Estado autoritário, e nas deformações sociais do modelo econômico modernizador e concentrador da renda (que então se implantava no país), a fonte de sua inspiração poética, dramatúrgica, literária e, também, jornalística. A rigor, essa fonte de *inspiração* que se estendeu por toda a produção cultural, respondeu pela marca "de esquerda" das manifestações artístico-culturais, predominantemente “engajadas” e “militantes” (TRAQUINA, 2004, p. 41).

Até o começo do século XX, os jornais eram essencialmente opinativos. Não que a informação/notícia estivesse ausente das páginas, mas a forma como era apresentada se mostrava diferente quando comparada ao estilo adotado pelos jornalistas dos dias atuais. As reportagens não escondiam a carga panfletária, defendendo explicitamente as posições dos jornais e seus donos sobre os mais variados temas.

As narrativas eram mais retóricas do que informativas. Antes de ir ao verdadeiro assunto da matéria, os textos faziam longas digressões relacionando-a com a linha de pensamento do veículo, o que hoje, os jornalistas chamam de “nariz-de-cera”. Era muito comum que um jornal oposicionista utilizasse os primeiros parágrafos da narrativa sobre um assassinato para criticar a política de segurança do governo. Só na metade do texto é que o leitor descobriria quem foi assassinado e qual o local do crime. Não havia objetividade ou imparcialidade (MELO, 2003, p. 46).

No Brasil, um exemplo clássico deste contexto foi a briga política entre os jornais *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda e *Última Hora*, de Samuel Wainer, na década de 1950. Enquanto o primeiro criticava ferozmente o governo de Getúlio Vargas, o segundo o defendia com toda paixão – especialmente porque o presidente brasileiro era seu principal financiador.

Nessa época chega ao país, pelas mãos do jornalista Pompeu de Souza, um conceito já muito utilizado na imprensa americana que prometia revolucionar e trazer objetividade ao jornalismo: o *lead*. Na teoria do Jornalismo, o lead representa a primeira parte de uma notícia, geralmente posta em destaque relativo, que fornece ao leitor a informação básica sobre o tema e pretende prender-lhe o interesse. É uma expressão inglesa que significa "guia" ou "o que vem a frente". Ele é formado pelas seis perguntas básicas que devem ser respondidas na elaboração de uma matéria; São elas: "O quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?", "Como?", e "Por quê?". O lead, portanto, deve informar qual é o fato jornalístico noticiado e as principais circunstâncias em que ele ocorre.

Existe no jornalismo brasileiro, o *sub-lead*, criação de Pompeu de Souza, no início dos anos 1950, utilizado inicialmente no jornal Diário Carioca. Ele define *sub-lead*, quando existe, como um segundo parágrafo da notícia, informação que contenha elementos essenciais deslocados do primeiro parágrafo pela complexidade dos dados a serem resumidos ali, ou pela estratégia narrativa dos jornalistas que separa dados essenciais para administrar o impacto da notícia.

É muito comum, no mercado jornalístico, aplicar o termo *sub-lead* a todo segundo parágrafo de qualquer matéria: seja notícia, editorial, reportagem, artigo ou crônica, o que descaracteriza – provavelmente por desconhecimento –, o sentido singular de recurso criativo, concebido pelo jornalista.

Diante de todo deste processo, o *Jornalismo* como profissão é identificado como uma atividade profissional que tem por objeto a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da atualidade – para o grande público ou para determinados segmentos desse público –, através de veículos de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema). Sendo assim as tecnologias de comunicação periodicamente resultam em significativas transformações na sociedade e causam grandes mudanças de hábitos e comportamento. Portanto, estas transformações atingiram também o *Jornalismo* em si, que se tornou mais dinâmico e versátil, originando ramificações e tendências que o segmentou por diversas modalidades, das quais a presente pesquisa especifica sua concentração de estudo em uma delas: o *Jornalismo Investigativo* – objeto de estudo desta pesquisa.

Em termos de definição, *Jornalismo Investigativo* é um misto de reportagem em profundidade, que combina a publicação de denúncias e/ou fatos que permanecem ocultados, verificados com um nível exaustivo de apuração. Nas redações brasileiras, pelo menos no eixo Rio – São Paulo, esse tipo de *Jornalismo* recebia o nome de "reportagem especial", e nas conversas informais entre jornalistas, "grande reportagem". Ninguém usava, nas redações dos anos 1970 – nem nas redações de hoje -, o termo "*Jornalismo Investigativo*", uma tradução literal de "*Investigative Journalism*", criado nos Estados Unidos (SEQUEIRA, 2005, p. 63; grifo nosso).

1.2 A ASCENSÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Os trabalhos mais conhecidos do *Jornalismo Investigativo*, em sua origem histórica, se situam nos anos posteriores à segunda guerra mundial e quase todos se originam nos EUA. O florescimento desse novo gênero se deu entre 1955 e 1973. Entre esses anos e em conseqüência da guerra do Vietnã, os jornalistas se posicionaram contra o governo americano e começaram a analisar criticamente, a atuação dos políticos. Mas foi com o caso *Watergate* – e com os jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward – ambos então repórteres do jornal diário norte-americano *Washington Post* – que o *Jornalismo Investigativo* atingiu o seu ponto máximo, apresentando um novo estilo de informar.

De acordo com Fortes (2005, p. 20), o caso *Watergate* trata-se do episódio de escuta ilegal na sede do Partido Democrata dos Estados Unidos, no Edifício *Watergate*, em Washington, por gente ligada ao governo do até então presidente republicano Richard Nixon. O caso abalou a história americana e provocou renúncia de Nixon. Cinco pessoas foram presas no edifício com material eletrônico de espionagem. O grupo que invadiu a sede do Partido Democrata era formado por ex-membros da *CIA* (*Central Intelligence Agency*, ou Agência Central de Informações).

Esses ex-agentes haviam participado de outras operações secretas durante o governo de John Kennedy. A espionagem foi comandada por Gordon Liddy, ex-agente da CIA, e pelo diretor de segurança do comitê para reeleição do presidente, James McCord. O plano tinha por objetivo montar uma fonte de vazamentos de informações – daí os integrantes terem recebido o apelido de "encanadores". Entre os invasores estavam o ex-agentes Bernard Baker e Eugenio Martinez, que haviam participado de operações para a deposição do regime comunista de Fidel Castro, em Cuba.

Os mandantes instalaram um posto de comando em um quarto de hotel do outro lado do edifício, onde ficava a sede do partido. Na madrugada de 17 de outubro de 1972, cinco meses antes das eleições presidenciais, os invasores foram denunciados pelo vigia do prédio. Foram pegos fotografando documentos e checando aparelhos de escuta instalados anteriormente. O fato foi abafado por falta de provas e a mídia deu pouca atenção ao caso. Somente o *The Washington Post*, dirigido pela empresária Katharine Graham, aprofundou-se nas investigações, a partir de pistas deixadas pelos "encanadores". Bob encontrou no edifício uma caderneta de um dos invasores. Nela, o repórter achou o nome do assessor da Casa Branca e a escrita "W. House". As informações mais importantes foram dadas a Woodward, por uma fonte segura da Casa Branca, que ficou conhecida como "Garganta Profunda".

Como podemos perceber, os repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein foram os principais responsáveis pelo fim do mandato de Nixon na presidência; e por este feito, deram ao *Washington Post* o prêmio *Pulitzer*[2] por serviço público. O caso *Watergate* criou um precedente quanto a mostrar, como fundamentais, alguns princípios que afetavam

[2] *Pulitzer* é um prêmio americano outorgado a pessoas que realizem trabalhos de excelência na área do jornalismo, literatura e música. É administrado pela Universidade de Columbia em Nova York. Criado em 1917 por desejo de Joseph Pulitzer, que, na altura da sua morte, deixou dinheiro à Universidade de Columbia.

diretamente o papel que devia caber à imprensa: não se limitar a ser meramente intermediária entre os canais oficiais e a opinião pública, reproduzindo releases ou comunicados que as instituições transmitiam para o conhecimento do público receptor.

Mais do que isso, tinha que começar a questionar essas versões oficiais dos acontecimentos. Era preciso instalar a dúvida na informação oficial e, sobretudo, procurar indagar, em todas aquelas ocasiões, os fatos que, por alguma razão desconhecida, ficavam ocultos ou só chegavam até os meios de comunicação pelos canais oficiais.

Sendo assim, pode-se supor que se alguma lição sobre todo esse acontecimento foi adquirida pelos jornalistas daquela época, foi a da importância em se começar a verificar a informação sob uma ótica diferente, demonstrando com urgência a necessidade de informações que pudessem ser trabalhadas mais a fundo, que pudessem ser documentadas, ampliadas, verificadas e investigadas sob todos os ângulos.

De acordo com Fortes (2005, p. 21), o caso *Watergate* paira como um emblema sobre as redações do mundo todo. Não é diferente no Brasil. Durante o governo Collor, essa ascendência simbólica tornou-se fato e alimentou uma geração inteira de jornalistas, a maioria com menos de trinta anos de idade e pouco tempo de profissão. Essa geração, de onde saíram tantos embustes como profissionais brilhantes, deu cara e tamanho ao conceito de *Jornalismo Investigativo* no país, a ponto de proclamá-lo, sem fazê-lo formalmente, como um tipo de especialização dentro da profissão.

Segundo o mesmo autor, o título ostentado cada vez mais como graduação prática, o "*jornalista investigativo*" passou a ser visto, dentro e fora da profissão, como uma espécie de entidade pronta para revelar os segredos da nação, sejam eles arquivos da ditadura ou os bastidores da demissão de um ministro qualquer (2005, p.26).

O *Jornalismo Investigativo* existe para contar como realmente funcionam as coisas, não para contar como os livros dizem que as coisas funcionam. Se começar a ver a realidade com esse princípio, encontram-se notícias com ângulos distintos que podem interessar (LOPES; PROENÇA, 2005, p.12; grifo nosso).

A prática do *Jornalismo Investigativo* não é para qualquer profissional e nem qualquer meio de comunicação. O profissional tem que ter alguns anos de experiência e muito fôlego. Já o meio tem que ter amparo de seus dirigentes em todos os níveis, principalmente para saber driblar possíveis sanções econômicas, como reflexo de matérias

investigativas (HERÁCLITO, 2003, p. 122; grifo nosso).

Na visão de Lage (2005, p. 136), a base estrutural do *Jornalismo Investigativo* <grifo nosso> está na pesquisa, ou seja, para um jornalista atuante nesta área toda reportagem pressupõe uma investigação e interpretação, consistindo em um tipo de informação em que se evidenciam uns tipos de informação que ocasiona conseqüências ou implicações dos dados.

A reportagem continua absolutamente no centro da produção jornalística. Nada se faz em jornalismo que não passe pela atividade de buscar a notícia, seja onde o acontecimento estiver... Não há reportagem se não houver investigação, mas há investigações que não são reportagens (LOPES; PROENÇA, 2003, p.170).

> Contudo, a reportagem repleta de investigação tem pouco espaço e tempo na mídia. Não porque esteja relacionada com a falta de profissionalismo, por parte do repórter, ou porque os veículos de comunicação não saibam o que é uma informação bem apurada, bem arrumada, bem estruturada. É porque a produção das notícias alcançou uma necessidade de divulgar a informação segundos depois que acontece o fato. E isso acaba fragilizando o trabalho do repórter, devido à superficialidade com que ele tem que tratar a notícia. A rapidez acaba fazendo com que escapem das mãos do jornalista certos fundamentos básicos e tradicionais no exercício da atividade (LOPES; PROENÇA, 2003, p.170).

A falta de espaço nos impressos e o dinamismo da internet provocam este impasse em relação às reportagens bem elaboradas, pois, pela superficialidade da notícia, provocada por estes fatores, acabam por impedir o trabalho de uma matéria bem apurada. Mas os jornalistas também agregam uma parcela de culpa por este desfavorecimento da atividade jornalística, pelo fato de que muitos ocupam cargos elevados nas empresas de comunicação. Por outro lado, muitos jornalistas têm encontrado solução para estes entraves no livro-reportagem, ou os livros de não-ficção. A seguir, o presente estudo traz uma breve análise desta tendência jornalística.

1.3 O Jornalismo Investigativo e o Livro-Reportagem

O trabalho investigativo de um jornalista nem sempre termina após a publicação das reportagens. Em certos casos, as matérias apresentam fatos relevantes que é necessário realizar mais entrevistas, apurações detalhadas e busca de novas informações. Mas a continuação deste trabalho pode ser interrompida pela falta de espaço disponível nos jornais e revistas. E é então que o repórter recorre ao recurso que comumente tem sido utilizado nos dias atuais: o livro-reportagem. O jornalista Eduardo Belo confirma essa tendência:

> Diariamente, os veículos desprezam o acompanhamento de boas histórias. No caso específico da violência, houve uma banalização tão grande, nos anos recentes, que em muitos casos o tema já não é mais notícia. Mas a cobertura da imprensa, de modo geral – do noticiário local à política, do esporte à economia – tem se tornado cada vez mais burocrática e superficial, obrigando os profissionais interessados na reportagem a procurar caminhos alternativos (BELO, 2006, p. 14).

Os impressos ainda não encontraram um caminho adequado para sobreviver na era da informação eletrônica, massificada e quase imediata, e por isso perderam seu diferencial: a reportagem. A concepção de jornal "enxuto" e que repete em sua maioria as notícias que o público já viu na TV ou na internet no dia anterior (nem sempre com tratamento mais profundo) está, pouco a pouco, sufocando os veículos comercialmente – e, por conseqüência, banindo a reportagem dos periódicos (BELO, 2006, p.16).

Por outro lado, alguns veículos têm solucionado esses impasses por meio da publicação de série de reportagens sobre determinado assunto. Esta é uma alternativa que pode garantir ao leitor a certeza de que aquela notícia continuará sendo apurada e que a próxima edição será publicada com outras informações ou até mesmo o desfecho do fato.

No entanto, é justamente quando a reportagem encontra, ou parece encontrar, seu desfecho é que novamente apresenta os problemas anteriormente destacados: os fatos deixam de ser notícia e perdem espaço nos jornais e revistas, mesmo que ainda precisam ser apuradas outras informações. E por tal motivo o livro-reportagem tem sido comumente

utilizado por jornalistas para apresentarem outros dados relevantes e que não puderam receber devida continuidade nos periódicos.

O livro-reportagem, ou o livro de não-ficção, por apresentar caráter jornalístico, também deve cumprir com todas as funções do *Jornalismo*. Deve apurar, levantar novas informações, checar a veracidade dos fatos e apresentar a notícia ao público, mas sempre deve respeitar também os preceitos éticos estabelecidos pela profissão e pela sociedade. A seguir, serão destacados roteiros pré-estabelecidos segundo a visão de alguns teóricos que determinam como o jornalista deve proceder para cumprir e respeitar todas estas funções do *Jornalismo*.

1.4 O Jornalismo e suas funções sociais

Vários teóricos definem o *Jornalismo* como uma disciplina de coleta, análise, verificação e apresentação da notícia sobre eventos correntes, costumes, tendências, pessoas, etc. O professor Doutor do Instituto de Comunicações da Universidade Johannes Gutenberg de Maiz, na Alemanha, Michael Kunczik, define *Jornalismo* como uma profissão de comunicação; em seu livro *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul*, traduzido por Rafael Varela Jr.

Segundo Kunczik (2002, p. 16), "Em geral, o jornalismo tem uma definição mais estreita que a do comunicador, ainda que na literatura existam grandes divergências. Por isso o *Jornalismo* é considerado a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avalia e difunde as notícias; ou que comentam os fatos do momento (KOSZYK et al., PRUYS, 1976, p. 146)".

Considerando esta análise, podemos destacar a função social do *Jornalismo* a partir das características que compõem o *Jornalismo Investigativo*. Pois, segundo os autores Lopes e Proença (2003, p. 15), o *Jornalismo Investigativo* faz do seu trabalho o interesse dos cidadãos e, a partir deles, o papel que a imprensa tem nas sociedades democráticas. Ao denunciar a corrupção, as fraudes públicas e toda a forma de atividade ilegal ou a má

conduta em geral do poder, a imprensa se outorga a responsabilidade de servir de freio aos poderes políticos (LOPES; PROENÇA, 2003, p.15)".

De acordo com Leandro Fortes (2005, p.26), "o 'jornalista investigativo' passou a ser visto, dentro e fora da profissão, como uma espécie de entidade pronta para revelar os segredos da nação, sejam eles arquivos da ditadura ou os bastidores da demissão de um ministro qualquer. Desta casta de cunho quase policial desprenderam-se entidades corporativas, organizações de jornalismo investigativo com objetivo de sistematizar as condutas e manter uma troca aparentemente objetiva de idéias – e ideais – voltadas ao tema. Trata-se de um fenômeno mundial voltado para a disseminação de dicas, manuais e procedimentos acompanhados, em alguns casos, de palestras, cursos e bolsas de estudo".

Portanto, seguindo estes diagnósticos conceituais e considerando as avaliações pessoais feitas por cada um destes autores e jornalistas, o presente trabalho destaca agora um roteiro estabelecido por jornalistas com o intuito de orientar o repórter durante a condução de uma apuração jornalística.

Em seu *A reportagem*: *teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage define os primeiros passos de uma reportagem:

- Escolha do tema;
- Apuração inicial para verificar o assunto;
- Estudo da viabilidade;
- Análise minuciosa do assunto, de sua bibliografia, pesquisas na internet e consulta a especialistas;
- Levantamento de fontes e escolha de estratégias;
- Entrevistas e confrontação de dados;
- Redação do texto;
- Revisão;
- Publicação;
- Acompanhamento dos desdobramentos da reportagem

Sendo assim, Lage destaca as fases para a escolha e apuração de uma reportagem que se encaixa nos preceitos básicos do *Jornalismo*.

- A concepção
- Estudo da viabilidade;
- Familiarizar-se com o assunto;
- Desenvolver um plano de ação;
- Colocar em prática o plano idealizado;
- Reavaliação do material apurado;
- Avaliação final

Seguindo este mesmo raciocínio, Lopes e Proença apresentam três linhas básicas para conceituar matérias consideradas como fruto do *Jornalismo Investigativo* (2005, p.12). São elas:

1) O jornalismo é produto da iniciativa pessoal;

2) Reportagens especiais;

3) Assuntos de interesse público que algumas pessoas ou instituições querem manter em segredo.

Lopes e Proença apresentam ainda três requisitos para que essa reportagem possa ser considerada verdadeiramente de investigação:

1) Que a investigação seja resultado do trabalho do jornalista, não informação elaborada por outras áreas. Por exemplo: a polícia;

2) Que o objetivo da investigação seja razoalvemente importante para grande parte da população, não, por exemplo, para os interesses de determinados setores;

3) Que os investigados tentem esconder esses dados do público. Quando há ocultação, a consciência não está tranqüila.

O jornalismo de investigação consiste em juntar todos os dados pertinentes, ainda mais ocultos, para que o leitor se inteire da verdade. Em vista disso, Jornalismo Investigativo pode ser definido como a busca da verdade oculta, ou mesmo como uma

reportagem em profundidade (LOPES; PROENÇA, 2005, p.12). É indispensável, no entanto, relatar que a reportagem investigativa começa com a produção da pauta, quando o jornalista deve buscar fontes alternativas, evitando sempre desprender-se dos pronunciamentos oficiais. É preciso muito esforço para apurar e encontrar as fontes certas até a publicação da notícia. Mas, por meio destas considerações, podemos confirmar a consolidação desta modalidade nas esferas nacional e internacional.

1.3 ABRAJI – a consolidação da investigação jornalística no Brasil

Um dos fatores que confirmam a consolidação do *Jornalismo Investigativo* no Brasil é a criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), fundada em meados de 2002, por um grupo de jornalistas brasileiros interessados em trocar experiências, informações e dicas sobre reportagem, principalmente sobre reportagens investigativas.

O objetivo principal da Abraji, segundo o site da própria associação, é organizar uma entidade mantida pelos próprios jornalistas, sem fins lucrativos, que promova congressos, seminários, oficinas especializadas, que cuide do aperfeiçoamento profissional dos jornalistas interessados no tema 'investigação', que edite livros sobre o assunto, que seja um fórum de trocas de experiências.

De acordo com o estatuto social da Abraji, a organização desenvolve as seguintes atividades:

I – Promoção e organização de cursos e seminários de formação, especialização e reciclagem profissional;

II – Intercâmbio de informações e experiências profissionais, por intermédio de congressos, encontros, de sítios na internet, bancos de dados, bibliotecas e publicações;

III – Estímulo ao jornalismo investigativo, mediante concessão de bolsas de estudo, financiamento de projetos de investigação e prêmios;

IV – Apoio ao uso dos recursos do computador (planilhas, gerenciadores de bancos de dados, ferramentas de pesquisa, etc.) na reportagem investigativa; e

V – Defesa da democracia, do livre exercício do jornalismo investigativo e da liberdade de expressão. Entre suas prioridades estão a defesa da transparência nos negócios públicos e a garantia de livre acesso às informações dos órgãos públicos.

A ascensão e consolidação desta organização comprovaram o *Jornalismo Investigativo* como uma modalidade jornalística reconhecida no Brasil, mas também unifica e fortalece o grupo dos jornalistas que se dedicam para manter a atividade investigativa do jornalismo em todo o país. Considerando este cenário, o presente trabalho segue com a análise teórica da ética jornalística e, em seguida, de matérias produzidas no Brasil. O intuito é verificar se o *Jornalismo Investigativo* é uma modalidade capaz, ou não, de resgatar as práticas investigativas do *Jornalismo*, bem como sua função social: informar a comunidade e manter a notícia sempre atualizada.

Mas, antes, o estudo aprofunda nos debates éticos acerca do tema apresentado, bem como as questões que o envolvem, já que há uma certa preocupação em relação a esta modalidade jornalística e sua influência na sociedade. Como, por exemplo, o fato de que alguns jornais populares adotam para si as notícias sobre crimes como uma fórmula.

2. A BUSCA PELA VERDADE E O DILEMA ÉTICO

O *Jornalismo* praticado nos dias correntes é o resultado de grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. E acompanhando estas evoluções, os veículos de comunicação aprimoraram também os métodos de apuração dos fatos, diferenciando-se apenas na forma como apresentam as notícias ao seu público específico; no entanto, sem manterem distâncias entre si.

Assim como aborda BAHIA (1998, p. 66) persistente e mais credível, desde que escrito, o jornal tende a ser considerado cada vez mais indispensável, não obstante a concorrência dos veículos não impressos. Esse confronto, porém, é limitado. Em muitos casos, o jornal e a revista devem agradecer à TV e ao rádio a repercussão que alcançam na sociedade. Como fora citado anteriormente, o *Jornalismo Investigativo* teve início no Brasil durante a Era Collor, o que trouxe também várias reflexões sobre esse momento e toda essa situação.

Para Noblat (2002, p. 24), o dilema está na seguinte indagação: "Porque sou jornalista e porque vivemos em uma democracia estou liberado para valer-me de qualquer recurso que assegure à sociedade o direito de tudo saber? Posso roubar documentos, mentir, gravar conversas sem autorização, violar leis?".

Essas discussões revelam que a possibilidade do jornalista gozar de privilégios, alguns profissionais têm apresentado uma conduta ética com resultados perniciosos. O benefício social não pode ser parâmetro exclusivo na atividade jornalística, pois há limites em sua prática cotidiana e estes devem estar bem definidos, não importando a natureza da atribuição. Caso contrário, cairemos sempre no conselho do renascentista Maquiavel, de que "os fins justificam os meios". Frase esta que se tornou num clichê comumente utilizado para explicar determinadas atitudes de transgressão. Eugênio Bucci mostra uma reflexão sobre o tema:

> Não há no jornalismo nenhuma possibilidade de que uma conduta que não possa ser explicada e compreendida pelo público esteja de acordo com a ética da profissão. Ele não está eticamente autorizado a se valer de recursos que estejam fora desse campo, como a espionagem ou a força – como um policial, nos termos da lei, está. Seus parâmetros de conduta são os mesmos do homem comum. Pode-

> se fazer tudo o que é socialmente tolerado à luz do dia. Não pode fazer o que precisa ser escondido (BUCCI, 2003, p.136-137).

No entanto, as pessoas sabem que os jornalistas não são autoridades. Os jornalistas e os veículos de comunicação, quaisquer que sejam seu caráter, posição e tecnologia, devem sempre procurar desvincular as matérias – e os juízos sobre a significação das notícias –, dos preconceitos que afetem a sua credibilidade ou aceitação pública.

A imprensa abriga uma posição antagônica, uma função de contra-poder que lhe é natural, unindo-os na responsabilidade de expor o que há de errado e corrupto na atividade pública. Mas abriga também dilemas, como, por exemplo, a responsabilidade de julgar o que deve ou não ser publicado. O *Jornalismo* tem ainda a responsabilidade ética de automoderação; de manter inviolável, por algum tempo ou por todo tempo, um segredo potencialmente perigoso; de rejeitar a publicação de detalhes que possam prejudicar a segurança da nação e a reputação de uma instituição ou de um indivíduo.

A possibilidade real de tornar-se um vigilante do poder impulsionou uma busca quase irracional para identificar desvios da sociedade, até mesmo onde elas não existem. Segundo Fortes (2005, p.23-24), "vale citar um texto melhor elaborado e, mais ainda, fragmentado em subdivisões montadas a partir de pensamentos e conceitos libertos da frieza de dogmas legislativos. É o chamado 'Cânones do *Jornalismo*', documento adotado pelo Comitê de Ética da *American Society of Newspapers Editors* (Asne), em 1922. De acordo com o jornalista, este documento trata os jornalistas como parte do gênero humano, reconhecendo-lhe direitos e fraquezas, sem deixar de mostrar-lhe o norte, não pela obviedade das normas, mas pela ótica irrefutável das relações humanas". Fortes destaca um trecho do documento que comprova sua visão:

> A função primária dos jornais é comunicar à raça humana o que seus membros fazem, sentem e pensam. O jornalismo, portanto, exige de seus praticantes o mais amplo alcance de inteligência, de conhecimentos e de experiência, assim como poderes naturais e treinados de observações e raciocínio. As suas oportunidades como cronista estão indissoluvelmente ligadas a suas obrigações como professor e intérprete (FORTES, 2005, p.23-24).

O mais recente código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, estabelecido em agosto de 2007, pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), traz todas as normas de conduta profissional do jornalista, mas peca em relação ao que Fortes destacou como "gênero humano".

O documento ressalta todos os direitos, deveres e responsabilidades do profissional e destaca de forma clara a forma como este deve proceder-se para não cometer erros; além disso, apresenta como as transgressões serão julgadas e punidas. Mas não ressalta as fraquezas que este pode cometer por ser um cidadão comum, como qualquer outro. Fortes (2005, p.23), acrescenta: "Não lembro de um só caso que foi apreciado, tramitado, e punido a partir desse código. Mas, dentro de uma discussão teórica, como é o caso, é possível tê-lo como paradigma primário para início de discussão."

O código está exposto no anexo desta pesquisa, como forma de enriquecer o material de análise, visto que a seguir o trabalho aborda as questões éticas presentes na prática jornalística.

2.1 A PRÁTICA JORNALÍSTICA E AS QUESTÕES ÉTICAS

Durante o processo de apuração de notícias para uma reportagem, os jornalistas podem encontrar questões éticas – como, por exemplo, o uso do *off*, omissão de identidade, dentre outros –, que podem impedi-los, ou não, de seguir adiante com a apuração. O caminho em busca da verdade pode ser perigoso, porém o jornalista persegue todos os porquês, deixando sempre um indício para o acaso, para novas hipóteses, mesmo quando tem consciência de que alguns detalhes não serão tratados no texto, porque a reportagem publicada nem sempre demonstra o trajeto que foi percorrido. Representa o resultado de uma apuração, cópia e tradução de fatos.

Apresenta-se o relato, mas não obrigatoriamente os caminhos percorridos para se chegar até ele. Contudo, o argumento de que não se faz necessário aprofundar a investigação porque apenas parte dos dados é aproveitável, é um raciocínio falso. Com certeza, apenas uma parcela do material colhido será transformada em texto, porém quanto

maior for o número de dados colhidos em diferentes meios, num amplo garimpo, maiores serão as chances de realizar uma reportagem satisfatória. Entretanto podemos observar que colher muitas informações nas fontes oficiais não significa investigar um dado fenômeno em suas várias possibilidades. É preciso checar os dados com as fontes oficiosas sem se deixar envolver completamente pela emoção.

Assim neste contexto salienta-se a questão da ética, onde a equipe de repórteres investigativos busca histórias sob as mais variadas formas, onde um conceito de normas éticas torna-se problemática, mesmo que em determinados padrões possam ser aceitos de forma geral. Os repórteres sofrem mais implicações legais de suas ações do que com as questões éticas. E então, caso a lei venha a aprovar, é legal, caso a resposta seja negativa, não é. Assim afirmamos que a ética trabalha com a distinção entre o certo, e o errado, usando de princípios filosóficos para que tenha argumentos para justificar uma via de ação específica. Uma vez que jornalistas e editores necessitam determinar quem se beneficiará com o resultado da reportagem.

Destaca-se ainda um fato de primordial importância e que deve ser considerado é a não-aceitação do público, que parece estar cada vez menos disposto, aos jornalistas que demonstram utilizar métodos que revelem más condutas. A invasão de privacidade, mesmo quando o tema é de ordem pública, pode gerar transtorno e configurar em uma transgressão cometida pelo repórter. Neste contexto observa-se que a impressa precisa ter confiança de seu público, visto que este é o seu maior patrimônio. As revelações realizadas, a partir de métodos questionáveis de obtenção da informação, têm um efeito reducionista ainda diante da legitimidade e da sustentação pública da reportagem e dos jornalistas.

Contextualiza-se ainda que a corrupção também é outra importante questão ética do *Jornalismo Investigativo*. Uma vez que a corrupção inclui diversas práticas, que vão desde profissionais que aceitam serem subornados, que cancelam exposições ou pagam a fontes de informações. Assim o dano aos cidadãos privados que podem resultar da reportagem, precisa também ser considerado. Aborda-se ainda que as questões que envolvem a privacidade normalmente são levantadas, pois o *Jornalismo Investigativo* trabalha sobre uma malha fina que integra o direito à privacidade e o direito de saber do público. Enfatizando que se considera a privacidade de forma diferente a figuras públicas e aos cidadãos comuns.

Neste contexto é que surgem algumas indagações sobre quais os interesses atendidos pelo jornalismo investigativo ao se publicar uma reportagem. A imprensa atende suas expectativas ao revelar más condutas? Qualquer método se torna válido? Utilizar câmeras ocultas? Identidades falsas? Deve-se ou não expor informações obtidas em *off*?

Assim enfatiza-se que a questão ética no *Jornalismo Investigativo* e as condutas legais sobre ações dos repórteres são bem mais pragmáticas do que os preceitos morais, visto que a ética lida apenas com o que é certo e errado, fazendo uso de princípios filosóficos para justificar uma via de ação. Não queremos aqui afirmar que realizar trabalhos com câmeras ocultas ou até mesmo identidade falsa é de ordem lícita, porém quando se erra em relação à corrupção, os acusados não pensam em ética, muito menos se foram éticos com a população em geral.

Cláudio Abramo a conduta ética jornalística da seguinte forma:

> Onde entra a ética? O que o jornalista não deve fazer que o cidadão comum não deva fazer? O cidadão não pode trair a palavra dada, não pode abusar da confiança do outro, não pode mentir. No *Jornalismo*, o limite entre o profissional como cidadão e como trabalhador é o mesmo que existe em qualquer outra profissão. É preciso ter opinião para poder fazer opções e olhar o mundo da maneira que escolhemos. Se nos eximimos disso, perdemos o senso crítico para julgar qualquer outra coisa. O jornalista não tem ética própria. Isso é um mito. A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista (ABRAMO, 1998, p.109; grifo nosso).

O que os jornalistas da área investigativa precisam é de cautela ao divulgarem seus materiais, pois ter crédito é um dos maiores patrimônios da imprensa e muitas vezes podem ser prejudicadas devido a algumas atitudes. Salientando que as revelações advindas de métodos questionáveis podem diminuir a legitimidade e a sustentação pública da matéria, do repórter e até mesmo do meio de comunicação. Em certas ocasiões, é necessário aguardar o momento apropriado para a publicação da reportagem, pois, por exemplo, a divulgação de tal notícia pode prejudicar as investigações das entidades representativas (Polícia Federal, Ministério Público, etc.), ou mesmo expor uma pessoa ao risco de morte.

Dentre os vários fatores que devem ser levados em conta pelo repórter e a empresa no qual ele trabalha antes da publicação de uma matéria é checagem das informações

apuradas. Segundo Fortes (2005, p.67), "confiar em uma única fonte, sobretudo em *off*, é, normalmente, um risco profundo da atividade jornalística". O autor apresenta ainda uma análise desse embate:

> (...) uma distorção do jornalismo que, no Brasil, norteia-se por surtos: a da utilização pouco criteriosa do off – ou seja, da informação sem fonte revelada – como sustentáculo de matérias e reportagens, estas sim, supostamente investigativas. Em muitos casos, justamente como parte da sanha competitiva interna e externa das redações, o leitor brasileiro vê-se diante da publicação pura e simples da pauta, numa inversão definitiva dos caminhos da notícia, Em certas oportunidades, apenas para se ter garantia da exclusividade ou da rápida comprovação de teses de origem não raras vezes duvidosas, publica-se não a comprovação dos fatos, mas os extratos indefinidos de uma apuração inacabada – isso quando iniciada (FORTES, 2005, p.24).

Fortes deixa claro que checar e ouvir são preceitos éticos essenciais. Portanto, o *off* é apenas o início da investigação, do levantamento de dados, por isso, quando constatada a veracidade da informação, pode sim ser utilizado em uma matéria.

A jornalista Marília Assunção expõe seu ponto de vista sobre o debate:

> Eu não considero ilegal utilizar escuta, pois no caso de jornal, serve como prova do que foi dito, para se resguardar. Mas quando é para expor é uma situação complicada, depende de cada situação. Uma coisa é chegar e conversar com o suspeito, se identificando como uma outra pessoa e depois publicar aquilo. Pois isso é errado. O interessante é fazer isto tudo e depois se identificar como jornalista e pegar novamente o depoimento do suspeito. Pois ai sim você consegue desbancá-lo, e o que é melhor, sem conflitos éticos, penso (informação verbal).

Para o jornalista Amaury Ribeiro Júnior, apenas o grampo no telefone é ilegal. Caso tivesse utilizado gravador escondido, enquanto conversava com um dos suspeitos de participar do esquema, ou mesmo gravado as minhas conversas telefônicas com eles, eu não ficaria com peso de consciência; não penso que isto seja ilegal, pois todos têm o direito de gravar sua própria conversa e isso também serve como resguardo caso futuramente questionem a veracidade da notícia publicada (informação verbal).

A forma como a notícia será publicada é uma outra questão que se interpõe na atividade jornalística. Em muitos casos, o repórter utiliza métodos questionáveis de apresentar a informação ao público – o que por vezes pode ser uma imposição da linha editorial da empresa na qual ele trabalha. Fortes também faz uma análise dessas ocorrências no meio jornalístico:

> A classificação do caráter "denuncista" de certos grupos de imprensa tem relação própria com as linhas editoriais de cada redação e, em alguns casos, é fruto de estratégias deliberadas de mercado, nem sempre baseadas na ética e na boa-fé jornalística (FORTES, 2005, p.22).

Fortes destaca ainda uma breve ponderação sobre o termo *denuncismo*:

> Vale dizer, no entanto, que o termo "denuncismo" acabou por incorporar-se ao discurso ao discurso das nomenclaturas políticas brasileiras, geralmente as da situação, como reação mal estudada à ação fiscalizatória da imprensa. De tal forma que a expressão, mesmo quando usada com propriedade, vem eivada de um efeito denotativo claramente revestido de um componente hipócrita. Chamar a imprensa de "denuncista" virou moda entre os poderosos do país, sobretudo quando pegos com a boca na botija e com as calças nas mãos (FORTES, 2005, p.22).

O termo *sensacionalista* também é comumente utilizado nas circunstâncias descritas acima. Angrimani aborda o tema e traz algumas definições:

> Sensacionalismo é tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria este tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. O sensacionalismo é a produção de um noticiário que extrapola o real, que superdimensiona o fato. Em casos mais específicos, inexiste a relação com qualquer fato e a "notícia" é elaborada como mero exercício ficcional. O termo sensacionalista é pejorativo e convoca a uma visão negativa do meio que o tenha adotado (ANGRIMANI, 1994, p.16).

Em suma, é um modo de produção discursivo da informação atual, processada por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, lingüístico e semântico, contendo em

si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados, ou extraídos no contexto da representação ou reprodução de real social.

Este tipo de jornalismo é circundado por denuncismo, que, dá ênfase total no escândalo, sensacionalismo e a narrativa dramática. Ele se baseia na exploração das perversões, fantasias, na descarga de recalques e instintos sádicos; e se instala e mexe com as pessoas através do jornal popular, pois no tratamento antianódino da notícia.

Segundo Fortes (2005, p.22), "a superexaltação do jornalismo investigativo, então, mostrou-se uma faca de dois gumes afiadíssimos". De acordo com o jornalista, há apenas uma única alternativa a ser adotada pelo repórter: "Nesse ponto, todos – jornalistas, fontes e patrões (salvo exceções esperadas) – passaram a concordar em pelo menos um ponto: a premissa básica: toda investigação jornalística tem que ser a ética" (2005, p.22).

Portanto, é de extrema importância que o jornalista tenha a consciência de trabalhar com seriedade e respeito ao publico, pois como um consumidor de notícia, ele exige qualidade do produto que está consumindo. E, dentro deste contexto, a partir de todos os pontos de vista citados na pesquisa até o presente momento, é importante citar que estudos e reflexões sobre o exercício ético da profissão sejam aprofundados e seus principais problemas diagnosticados. Após este detalhamento dos aspectos teóricos que envolvem o alvo desta pesquisa, o próximo capítulo apresenta a etapa experimental e a metodologia adotada pelo do presente trabalho.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho baseia-se no estudo de caso, que segundo Antônio Carlos Gil, pode ser classificada como Exploratória. De acordo com o mesmo (1988, p.45), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições, já que proporcionam maior familiaridade com o problema, levando inclusive à construção de hipóteses. Para que sejam executadas exigem, na maioria das vezes, análise de exemplos ou estudo de casos, entrevistas com pessoas que vivenciaram o problema pesquisado e levantamento bibliográfico. Sobre o referido método, Becker afirma:

> O estudo de caso geralmente tem um propósito duplo. Por um lado, tenta chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo (...) e também tenta desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais (Becker, 1997, p.118).

Se por um lado o estudo de caso tem muitas vantagens, por outro, apresenta limitações. Estudos sobre metodologia apontam a dificuldade de generalização dos resultados obtidos como uma destas restrições. Para Gil (1988, p.60), pode ocorrer de o exemplo escolhido apresentar anomalias se comparado a outros de sua natureza, o que trará resultados equivocados. Para Becker o problema não está no método: "É utópico supor que se pode crer, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo. Os investigadores tipicamente terminam se concentrando nuns poucos problemas que parecem ser de maior importância no grupo estudado (Becker, 1997, p.118).

Reafirmando a posição de Becker, Gil (1988, p.59-60) destaca algumas vantagens do estudo de caso como uma metodologia ideal a ser adotada:

- Flexibilidade: não carece de um roteiro rígido para ser desenvolvido, logo, o pesquisador pode fazer novas descobertas e enriquecer seu projeto.
- Várias perspectivas podem ser consideradas e desvendadas durante o estudo.
- Facilidade de coletar e analisar os dados são simples se compararmos a outros tipos de delineamentos.

O *Jornalismo Investigativo* tem muitas peculiaridades que torna a identificação de matérias de cunho investigativo só é possível mediante a análise do teor do material noticioso da reportagem. Da mesma forma que só é provável constatar a preocupação ética se examinarmos com acuidade os procedimentos adotados pelo jornalista durante a apuração dos fatos. Para tal objetivo, este trabalho delimitou o estudo de caso como método.

Foram selecionadas duas séries de reportagens, uma do jornal diário *O Popular* e a outra da revista semanária *IstoÉ*, publicadas respectivamente em 2000 e 2003. As matérias do primeiro veículo revelam um esquema de tráfico internacional de mulheres goianas ao exterior. Já no segundo caso, as reportagens denunciam a a existência de um grupo de dirigentes e funcionários públicos especializado em extorquir empresas devedoras do Fisco – com a conivência de auditores da Receita Federal –, no Rio de Janeiro.

À pesquisa bibliográfica, baseada na captação de exemplares dos veículos acima citados, somou-se a coleta de dados do material, para que, na etapa seguinte, fossem realizadas entrevistas com os jornalistas responsáveis pela apuração e produção das reportagens; só então todas as informações obtidas foram submetidas à análise e interpretação rigorosa, uma das bases de sustentação das teses conclusivas. Foram escolhidas cinco reportagens do jornal *O Popular* e duas da revista *IstoÉ*.

Como o objetivo do trabalho é analisar o *Jornalismo Investigativo* como modalidade capaz de resgatar as práticas investigativas do *Jornalismo*, o estudo descritivo, a leitura crítica e analítica do teor das matérias, baseando-se em categorias pré-estabelecidas – citadas ainda no primeiro capítulo –, deram suporte para verificar, além do teor investigativo, o embasamento ético presente nas denúncias. Portanto, os aspectos técnicos e éticos levaram em consideração as seguintes categorias:

▪ Método/ Apuração da reportagem: análise das ações desempenhadas pelo jornalista, como ele se comporta diante das informações que tinha em mãos e se checou a veracidade das mesmas;

▪ Apresentação das denúncias: embora pressuponha uma análise dos aspectos estético e lingüístico, esta categoria pretende verificar se o veículo conseguiu tornar compreensíveis as denúncias apontadas nas reportagens;
▪ Origem e credibilidade das fontes: verificar se houve a preocupação do repórter em tentar expandir e enriquecer as reportagens com novas informações, novas fontes de pronunciamento, além das oficiais. Em caso de *off the record*, também serão analisadas as circunstâncias de sua utilização;

▪ Contextualização: aspecto útil que o jornalista utiliza não apenas para reiterar o leitor do assunto, mas para retomar os fatos precedentes que tenham ligação com as denúncias.

As categorias acima destacadas fornecem recursos suficientes para a verificação da conduta dos veículos a serem analisados. Muito mais que examinar o aspecto técnico e profissional, essas divisões refletem o trato dado ao material noticioso, pois onde se supõe presente o bom cumprimento da técnica jornalística, supõe-se, também, o rigor ético (Bucci, 2003, p.50).

A escolha destas categorias se deu pela junção dos elementos **Método/Apuração e Fonte**, característicos do *Jornalismo* e imprescindíveis para uma investigação jornalística. Após esta etapa, a realização das entrevistas com os repórteres responsáveis pelas matérias possibilitou o enriquecimento do objeto de análise; o que forneceu também informações que estavam implícitas nos textos, e que, apenas pela leitura destes, não seria possível de se constatar.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS ASPECTOS EMPÍRICOS

Terminada a explanação dos aspectos teóricos que envolvem o alvo deste estudo e dando prosseguimento às etapas descritas na metodologia, o presente capítulo representa o início da fase experimental. Até então, a presente pesquisa foi destinada a traçar os embasamentos teóricos acerca do *Jornalismo Investigativo*, bem como as características que o define como uma modalidade dentro do *Jornalismo*. A partir daqui serão analisadas duas reportagens da revista *IstoÉ*, e outras cinco do jornal *O Popular*, num total de sete, conforme mencionado anteriormente. Antes, porém, se faz necessária a contextualização dos assuntos a serem abordados para situar os fatos.

4.1 Máfia dos Fiscais: vitória da investigação

De janeiro a junho de 2003, a revista *IstoÉ* publicou uma série de reportagens denunciando a existência de um grupo de dirigentes e funcionários públicos especializado em extorquir empresas devedoras do Fisco – com a conivência de auditores da Receita Federal –, no Rio de Janeiro. O escândalo foi desvendado após o jornalista Amaury Ribeiro Júnior e sua equipe de repórteres colaboradores ter acesso a um dossiê que apontava o esquema; e então, durante pouco mais de 40 dias de investigação a revista publicou matérias com informações que se mostraram adiantadas até para entidades responsáveis pelo caso, como a Polícia Federal (PF) e Ministério Público (MP).

As investigações começaram após o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, receber um dossiê produzido na Suíça pelo seu equivalente, Brent Holtkmam. A documentação foi traduzida para o idioma português pela embaixada brasileira e revelou uma estrutura de corrupção montada dentro da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio com a conivência de auditores da Receita Federal lotados no Estado. O esquema movimentou um montante superior a US$ 30 bilhões, quantia esta que, segundo a série de reportagens,

"daria para tapar o rombo da Previdência Social durante dois anos seguidos ou bancar o programa Fome Zero durante 21 anos".

Durante a apuração, Ribeiro e sua equipe levantaram documentos em cartórios, ouviram depoimentos de empresários locais e funcionários do alto escalão do governo. Após a averiguação, constatou-se que o esquema envolveu servidores públicos do alto escalão ligados ao governo estadual do Rio de Janeiro, como Rodrigo Silveirinha Corrêa, um antigo colaborador do ex-governador Anthony Garotinho e assessor econômico da campanha da, até então, governadora do Estado, Rosinha Garotinho; Lúcio Manoel Picanço, ex-secretário adjunto de Administração Tributária no Governo Garotinho e assessor econômico da campanha de Rosinha; Carlos Eduardo Pereira Ramos, ex-chefe da Inspetoria de Contribuintes de Grande Porte; Amauri Franklin Nogueira Filho, Fiscal da Receita Federal; Hélio Lucena Ramos da Silva, Sérgio Jacome de Lucena e Axel Ripoll Hamer, os três Fiscais da Receita Federal.

Antes mesmo de ser publicada a primeira reportagem, Amaury Ribeiro recebeu uma ameaça de morte. No dia 7 de janeiro de 2003, a sucursal da IstoÉ em Brasília recebeu um telefonema de uma pessoa que, se dizendo parente de um dos fiscais investigados, avisou que o repórter Amaury Ribeiro Jr., que fazia o levantamento de dados no Rio de Janeiro, "estava com seus dias contados". Oito dias após a ameaça, a edição estava impressa e distribuída em todo o país sem deixar veicular nada do que foi apurado. De acordo com o repórter, a ameaça foi ignorada por ele e seus editores, já que todo o esquema e seus envolvidos estavam sendo investigados pela PF, MP e concorrentes da imprensa nacional.

Após a primeira edição, Ribeiro e sua equipe perceberam que a PF e o MP não estavam se mostrando empenhados e competentes em investigar e punir os acusados de participarem do esquema de extorsão a empresários devedores do Fisco. Então publicaram uma segunda edição com a manchete: *Ralo da Impunidade – Relatório que a PF esconde aponta que políticos, contrabandistas e traficantes tiraram do País US$ 30 bilhões em três anos*. Nesta reportagem, o jornalista aponta as falhas dos órgãos responsáveis pela investigação do caso e apresenta novas informações. Com esta segunda matéria, Ribeiro e sua equipe reacenderam o clamor do caso em toda a imprensa nacional e deixaram a Polícia Federal e Ministério Público atordoados. E assim, a revista os forçou a se empenhar mais

no caso, o que fora comprovado nas edições seguintes, com notícias de mandado de prisão, quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos envolvidos no esquema.

A série de reportagens ganhou notoriedade em esfera nacional e internacional. O jornalista Amaury Ribeiro Júnior foi convocado pela CIA – Central Intelligence Agency (em português, Agência Central de Inteligência) –, para ajudar nas investigações das ramificações do esquema nos Estados Unidos, onde ficou durante um mês e obteve novas informações e material para produção de outras reportagens. Além disso, essa série de notícias conhecida pela imprensa como "Máfia dos Fiscais" recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo e o 5º Prêmio Imprensa Embratel, dentre outros. Hoje, Amaury Ribeiro destaca que é convidado para ministrar palestras e cursos em universidades de diversos países, sobre Técnica de Investigação Jornalística em Sistemas Financeiros, além de narrar toda a apuração deste caso, que segundo o mesmo, ficou conhecido como um dos maiores esquemas de extorsão e lavagem de dinheiro da América Latina e também do mundo. Confira a seguir a análise de duas reportagens da série "Máfia dos Fiscais".

4.1.1 Edição número 1 - 15/01/2003 - Manchete: "Quadrilha Fiscal"

A primeira reportagem da série "Máfia dos Fiscais", traz informações sobre o esquema de extorsão e lavagem de dinheiro montado por um grupo composto por dirigentes e funcionários públicos especializados em extorquir empresas devedoras do Fisco – com a conivência de auditores da Receita Federal –, no Rio de Janeiro. De acordo com o *lead* da reportagem, as denúncias surgiram após a IstoÉ ter conseguido acesso ao dossiê produzido por Brent Holtkmam, procurador-geral da Suíça, que teria enviado toda a documentação ao seu equivalente no Brasil, Geraldo Brindeiro.

No entanto, segundo afirmou o próprio jornalista Amaury Ribeiro Júnior, ele já suspeitava e investigava a existência desse esquema. Ele destacou que meses antes havia trabalhado nas investigações para desvendar um outro escândalo, o do *Banestado*[3], em

[3] O *Escândalo do Banestado* foi um esquema de envio ilegal de dinheiro para o exterior feito por empresários e políticos de alto escalão entre 1996 e 1999, por meio da agência de Foz do Iguaçu, de uma ex-estatal Banco

Paraná, que indicava uma possível relação dos integrantes do grupo que encabeçou a *Máfia dos Fiscais*.

De acordo com o Amaury, o dossiê surgiu como uma constatação das suspeitas e um "sinal verde" para que as investigações tivessem início. Além disso, ainda segundo o jornalista, a razão do procurador-geral Brent Holtkmam ter enviado o dossiê ao Ministério Público brasileiro, deve-se ao fato de um dos envolvidos na *Máfia dos Fiscais*, também integrar o esquema de corrupção do *Banestado*.

O jornalista Amaury Ribeiro, que na época trabalhava na sucursal de Brasília da *IstoÉ*, viajou para o Rio de Janeiro, onde ficou durante pouco mais de 40 dias apurando informações e levantando dados pessoais e bens dos envolvidos no esquema. Todas as despesas quanto a deslocação, alimentação e apuração dos fatos foram custeadas pela empresa. "Durante este período, a *IstoÉ* financiou todas as minhas despesas. É claro que a única coisa que eu deveria fazer é prestar contas, mas fiz tudo de forma correta e no final deu tudo certo" (informação verbal).

O apoio de uma equipe de repórteres auxiliando durante as investigações foram imprescindíveis para dar continuidade às apurações. Com este amparo, Amaury aproveitou para entrevistar empresários extorquidos pela quadrilha e aprofundar a apuração com as documentações disponibilizadas pelo Ministério Público e Polícia Federal, enquanto sua equipe o ajudava checando a veracidade dos dados levantados.

O fato do esquema não incluir políticos deixaram os editores da revista *IstoÉ* frustrados. Mas Amaury conseguiu convencê-los a investir nessa matéria, pois se tratava de um caso que posteriormente figurou como um dos maiores esquemas de extorsão e lavagem de dinheiro da América Latina e do mundo. "Eu apostei na matéria e convenci meus editores que se tratava de um assunto muito importante e que deveríamos apurar e publicar aquelas notícias, que acabaram estourando na imprensa nacional e internacional" (informação verbal).

---

do Estado do Paraná, o Banestado, posteriormente comprado pelo banco Itaú. O mecanismo dessas operações fraudulentas envolveu uma soma superior a US$ 30 bilhões de dólares. Após a CPI, houve condenação apenas dos doleiros – intermediários do esquema –, os líderes continuam impunes até o presente momento.

Segundo Amaury, durante toda a apuração dos fatos ele não se sentiu pressionado por seus superiores para adiantar as informações e fechar o texto o mais rápido possível, mas foi forçado a fazê-lo, pois a concorrência já teria recebido a informação do escândalo:

> "Eu tive que acelerar o fechamento da matéria devido ao vazamento de informações. Os envolvidos no esquema já tinham conhecimento que iríamos publicar a reportagem; tanto é que recebi uma ameaça de morte antes mesmo da primeira publicação do esquema. Além disso a concorrência estava ciente que estávamos investigando, por isso eles também já estavam atentos. Então o maior problema foram os fatores externos; com relação a *IstoÉ*, não tive o que reclamar" (informação verbal).

Sobre os métodos de apuração, Amaury revelou que havia feito um curso no exterior – há alguns – sobre Técnica de Investigação Jornalística em Sistemas Financeiros, o qual hoje ele é convidado para ministrar em universidades e ONGs, como a Associação Brasileiro de Jornalismo Investigativo (Abraji). Esse fator contribuiu para que o jornalista conseguisse, de forma rápida e eficiente, levantar todos os dados de forma hábil e rápida, a tal ponto que ele se antecipou ao Ministério Público, a Polícia Federal e os concorrentes diretos da imprensa nacional.

Antes mesmo da publicação da primeira reportagem da série, as revelações do Fisco suíço "caíram como uma bomba nos bastidores empresariais e corredores das burocracias estadual e federal do Rio de Janeiro". Oito dias antecedentes a distribuição dos exemplares da revista com tais informações, uma pessoa, se dizendo parente de um dos fiscais investigados, avisou a telefonista da sucursal da *IstoÉ* em Brasília que Amaury Ribeiro Júnior "estava com seus dias contados".

Como o repórter ainda estava no Rio de Janeiro realizando o levantamento de bens dos envolvidos no esquema, só teve conhecimento da ameaça dias depois. Mas ele afirma que tal fato não intimidou nem a ele e nem aos editores, que publicaram todas as informações na íntegra.

> "Eu não dei importância alguma a ameaça de morte. Até porque nem fui eu quem recebeu o aviso. Um sujeito ligou para a sucursal de Brasília e disse que "o repórter Amaury Ribeiro Júnior estava com seus dias contados". Não registrei boletim de ocorrência, a minha única medida foi citar o fato no final da

> reportagem. A IstoÉ me resguardaria com certeza caso o caso fosse mais grave, mas não demos muita importância pois sabíamos a origem do telefonema e o assunto começou a ser abordado por toda a imprensa. Logo se ele fosse fazer algo comigo, teria que fazer com todos os jornalistas do país, o que é pouco provável" (informação verbal).

A repercussão das denúncias foi imediata, como será mostrada adiante.

4.1.2 Edição número 2 - 05/02/2003 - Manchete: "Ralo da Impunidade"

A segunda edição da série de reportagens sobre a Máfia dos Fiscais publicadas pela revista *IstoÉ* foi ainda mais reveladora e intrigante. Agora, ao invés de um montante de US$ 33,4 milhões, o relatório da PF apontou que políticos, contrabandistas e traficantes desviaram do país US$ 30 bilhões em três anos. E essa foi a informação utilizada para a chamada da reportagem. Confira abaixo o primeiro trecho do *lead* da matéria:

> Quase um mês depois de a *IstoÉ* revelar a existência dos US$ 34,8 milhões nas contas suíças dos fiscais da Secretaria Estadual e da Receita Federal do Rio de Janeiro, a procuradora da República no Rio Marlyluce Santiago Barra e o delegado da Polícia Federal Adalton de Almeida Martins têm encontrado dificuldades para descobrir como o dinheiro extorquido de empresários saiu ilegalmente do país.

A partir dessa edição, o repórter Amaury Ribeiro consegue demonstrar o quão está à frente da Polícia Federal e Ministério Público nas investigações do esquema. Abaixo o segundo trecho do lead, que confirma este fato:

> As dúvidas do Ministério Público e da PF são alimentadas principalmente pela irrisória movimentação financeira no Brasil, registrada no Banco Central pelo Discount Bank and Trust Company, entidade financeira suíça responsável pelas remessas irregulares. Ao investigar as trilhas do dinheiro sujo, a *IstoÉ* descobriu que as respostas para os questionamentos do delegado e da procuradora estão mantidas escondidas há mais de um ano nas próprias dependências do Ministério

> Público e da PF. Em dois cofres secretos da Procuradoria da República e da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, um minucioso laudo conclusivo, com 35 mil documentos recolhidos pela perícia técnica da Polícia Federal, mostra que os fiscais da Receita Federal e da Secretaria do Rio de Janeiro utilizavam o mesmo esquema da fraudadora do INSS Jorgina de Freitas e de outros funcionários corruptos do Rio para fazer remessas irregulares de dinheiro para o Exterior.

Desta forma, Amaury Ribeiro abre a reportagem e situa todo o caso, além de apontar novas informações. Nesta ocasião, o repórter consegue agradar seus editores, pois havia não só o envolvimento de políticos corruptos no esquema, mas de contrabandistas e traficantes, procurados pela PF e pela Interpol (*International Criminal Police Organization*, que traduzido para o português significa Organização Internacional de Polícia Criminal) em mais de 100 países.

As informações citadas na reportagem apontaram falta de empenho por parte da Polícia Federal e Ministério Público, que estavam dificultando as investigações e atrasando todo o processo de apuração do caso. E, novamente, a matéria ganhou repercussão em todo o país e o assunto foi novamente abordado por toda a imprensa nacional.

Toda a trilha das movimentações bancárias utilizada pelos acusados do esquema foi revelada nessa reportagem. Amaury observou após a publicação das reportagens, a repercussão da notícia ocasionou alguns acontecimentos na imprensa nacional que até então ele nunca houvera presenciado.

> "Alguns veículos concorrentes diretos chegaram a citar a revista *IstoÉ* em suas reportagens situando o leitor quanto as origens do esquema; já outros plagiaram as informações e publicaram posteriormente como sendo apuradas por eles próprios. Essa é uma das conseqüências de se dar um furo em esfera nacional, uns aceitam, outros não" (informação verbal).

Após a publicação destas reportagens, o Ministério Público montou uma CPI para aprofundar as investigações no caso e começaram a decretar alguns mandados de prisão a alguns dos envolvidos no esquema.

Este foi um dos primeiros reflexos positivos que essa série de reportagens trouxeram a sociedade, além do fato de ter revelado a estrutura de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo Amaury (informação verbal), esta série de reportagens apresentou a

sociedade o que então ficaria conhecido como um dos maiores casos de lavagem de dinheiro da América Latina e até mesmo do mundo.

4.2 Tráfico internacional de mulheres: uma aposta do jornal O Popular

A série de reportagens relacionadas ao tráfico internacional de mulheres goianas ao exterior, publicadas no jornal *O Popular*, em 2000, segundo a jornalista que apurou e publicou as notícias, Marília Assunção, tiveram início após a imprensa nacional divulgar uma tentativa de fuga de uma garota paranaense, que havia se machucado muito tentando escapar da Espanha.

Segundo Marília, chegou à redação do jornal *O Popular* a informação de que uma jovem goiana havia ido à Europa nas mesmas circunstâncias, e que havia a possibilidade desta moça ter conhecido a garota paranaense. Após tomar conhecimento desses fatos, os editores do jornal e uma equipe de produção jornalística da *TV Anhanguera* – ambos são órgãos da *Organização Jaime Câmara*, complexo de comunicação goiano composto pelo jornal *O Popular*, pela *TV Anhanguera* (emissora de televisão aberta filiada à Rede Globo) e emissoras de rádio – decidiram trabalhar uma reportagem em conjunto com a garota goiana relacionando ao caso da jovem paranaense.

A jornalista ressaltou que "na época o jornal estava mais empenhado com a questão fundiária e as articulações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)". Mas, de acordo com Marília, "o caso foi ganhando importância e se mostrando uma incógnita na sociedade e cabia ao jornal procurar uma resposta ao leitor" (informação verbal).

Marília e seus editores ficaram impressionados com o resultado a reportagem produzida com a garota goiana:

> "Tratava-se de uma moça de classe média-alta, estudante do curso de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, morava em um setor nobre de Goiânia e era casada e tinha um filho. Segundo a jornalista, tais informações deixaram um

> alarme na sociedade: Se uma moça com acesso a informação, mais do que uma moça pobre, estava sendo conduzida àquele esquema, como será a situação nas esferas mais carentes da sociedade?" (informação verbal).

Com esses questionamentos, Marília e seus editores resolveram aprofundar o assunto, sempre com a preocupação de aproximar a notícia do público leitor, ou seja, buscar relacionar todos os fatos apurados direcionando o foco das informações para a população goiana.

Após o início das apurações, surgiram mais informações que o esperado, além disso, a repercussão da notícia crescia a cada instante. Então os editores do jornal *O Popular*, juntamente com a produção de *Jornalismo* da *TV Anhanguera*, decidiram que realizar uma série de reportagens sobre o assunto seria interessante: não apenas para a empresa, mas para a sociedade, que poderia acompanhar os desdobramentos do assunto.

Foi então que decidiram enviar a jornalista Marília Assunção e uma equipe de filmagem à Bilbao, capital da província da Biscaia, no País Basco, Espanha, situada a 395 quilômetros de Madrid – e também o palco principal dos fatos, onde permaneceram durante pouco mais de 30 dias.

Chegando a Bilbao, Marília e sua equipe elaboraram um roteiro para a produção das reportagens; ampliaram as informações sobre o esquema de tráfico e começaram a aprofundar no assunto. De acordo com a jornalista, a criação de um leque de contatos e a troca de informações com a Polícia Federal contribuiu na apuração dos fatos.

> "Este caso tratou de uma coisa que as pessoas sentem vergonha, e por isso não gostam de falar. Era uma coisa que não eram bem-vindas às instituições para se denunciar, por isso as informações chegaram primeiramente para nós. E outro fato, ainda faltava credibilidade nas instituições e a imprensa estava em alta com a sociedade. Então acreditaram em nós e falaram primeiramente conosco" (informação verbal).

E então, após tomar conhecimento sobre os procedimentos adotados pela quadrilha de aliciamento e tráfico internacional, Marília e sua equipe foram até a embaixada para

averiguar a que passo estava as investigações. Ocasião que trouxe mais informações para a repórter.

> "Havia a preocupação de ouvir as histórias dessas pessoas, mas não dava para ouvir apenas essas pessoas. Nós tivemos a preocupação de apurar todas as histórias e então confirmar com a PF, o MP, a embaixada, o consulado, etc. Nós confirmamos tudo que as garotas diziam, como, por exemplo, horário dos vôos, data de viagem, tudo" (informação verbal).

Além de tais procedimentos, a jornalista conseguiu coletar o depoimento dos policiais de Bilbao. Além disso, Marília apresenta nos textos dados suficiente que serviram para montar um gráfico da incidência dos crimes e a rota utilizada pela quadrilha. Esses dados foram importantes para a repórter apurar outros fatos, como por exemplo: as causas das doenças características das moças aliciadas.

Marília reuniu tantos dados e estreitou todas as informações que logo percebeu que chegara o momento de conversar com os acusados de participarem do crime: dentre eles, Zenildes Borges, mais conhecida como Rebeca, suspeita de ser uma das aliciadoras de prostitutas da rede de tráfico internacional e o seu marido e cafetão português Carlos Felipe A.S., preso em dezembro de 2000, acusado por maus-tratos às aliciadas.

Durante as apurações, Marília recebeu ameaça de morte, mas, segundo a mesma, não foi necessário lavrar um registro de um boletim de ocorrência, já que a mesma percebeu que não passava de uma intimidação e que nada aconteceria com ela.

> "Um dos acusados chegou a dizer que eu estava mexendo com coisa muito perigosa; tentou me coagir, disse que poderia acontecer algo ruim comigo caso eu continuasse com as reportagens. Eu avisei minha editora, mas nós desconsideramos o fato, pois o caso já estava sendo amplamente discutido na sociedade e a Polícia Federal já estava fechando o cerco aos envolvidos no esquema" (informação verbal).

Após reunir tantas informações, Marília se deu por satisfeita e percebeu que poderia regressar ao Brasil para terminar as apurações na redação em Goiânia, já que uma das

pessoas acusadas residia no Estado de Goiás. Mas, segundo a mesma, a equipe de filmagem da *TV Anhanguera*, tinha a intenção de produzir uma história e adentrar nas casas noturnas e colher depoimentos e imagens sem o conhecimento dos investigados.

> "Eu disse que não faria parte daquele plano e que voltaria ao Brasil, pois a recomendação de seus superiores antes de chegar à Bilbao era de não se expor e ter como prioridade a preservação da integridade moral e física. Este fato ocasionou um impasse entre a repórter e sua equipe de filmagem, mas posteriormente tudo fora resolvido e eles retornaram à Goiânia" (informação verbal).

A publicação da série cadenciou uma série de novos fatos: familiares das vítimas ligavam para a redação do jornal *O Popular* e apresentavam novas informações; as próprias vítimas faziam ligações a cobrar da Espanha para relatar sua situação no país. E então as reportagens ganharam comoção da população local e nacional.

Marília destacou que uma das grandes conquistas dessa série de reportagens foi o encorajamento da população em denunciar o que estava acontecendo, além de ocasionar a prisão de praticamente todos os envolvidos no esquema e dificultar ações futuras desse tipo de crime. Segundo a jornalista, "os países envolvidos no caso, logo perceberam a necessidade de tomar medidas drásticas para reduzir esse tipo de criminalidade. Até hoje sou convidada para dar palestras e participar de fóruns e pesquisas sobre ações que envolvem este gênero de delito." (informação verbal).

A seguir, o presente trabalho apresenta a análise de cinco reportagens desta série. Conforme descrito na metodologia, as matérias foram escolhidas segundo as intenções do presente estudo. Algumas delas, portanto, não são de cunho investigativo, mas são frutos do resultado de matérias precedentes; a intenção é analisar a preocupação do jornalista e do veículo de comunicação em relação à continuidade dos fatos e cumprimento da função social do jornalismo.

4.2.1 Edição número 1 - 30/11/2000 - Manchete: "Pesquisa vai investigar aliciamento de goianas"

A primeira reportagem escolhida para ser abordada no presente estudo – e que não necessariamente foi a primeira da série sobre o aliciamento e tráfico de mulheres goianas publicadas pelo jornal *O Popular* –, não é um trabalho de *Jornalismo Investigativo*, mas as notícias apresentadas nessa matéria são frutos do trabalho de investigação da repórter Marília Assunção, que seguiu à risca todas as características desta modalidade jornalística.

A preocupação de incluir esta matéria na presente pesquisa deve-se ao fato da mesma, segundo as afirmações da jornalista Marília Assunção, ter sido a constatação e concretização dos primeiros resultados obtidos após a publicação da série de reportagens sobre o assunto. Portanto, o presente estudo dá início às analises dessas reportagens abordando as notícias que revelam os desdobramentos do caso, a partir desta e das próximas edições a serem relatadas.

Nesta matéria, o foco é a realização de uma pesquisa no Estado de Goiás. Fica claro que o intuito da reportagem é expor a tentativa das autoridades em descobrir os fatores que levam as mulheres a serem aliciadas pelas redes internacionais de prostituição. O estudo destacado na reportagem foi financiado pelo Ministério da Justiça, uma universidade dos Estados Unidos e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – parte das ações anunciadas durante o seminário sobre o Tráfico de Seres Humanos, que ocorrera em Brasília.

A pesquisa citada na reportagem foi realizada em dez cidades goianas consideradas centros de aliciamento no Estado, segundo consta nas ocorrências da Polícia Federal, a partir de janeiro de 2000.

> "Esta reportagem é importante pois demonstra a preocupação, não só do Brasil, mas de diversos outros países e organizações não-governamentais, em tentar resolver tal problema. Estas ações só foram tomadas após a série de reportagens publicadas ganharem comoção na sociedade, o que atingiu as esferas do poder público nacional e internacional" (informação verbal).

Goiás figurava como o primeiro colocado entre os Estados brasileiros no aliciamento de mulheres para a prostituição, especialmente para países da Europa. Os resultados e as conclusões desse estudo foram ratificados no dia 8 de dezembro de 1999, durante um encontro internacional em Palermo (Itália), para a criação de mecanismos de controle do aliciamento de mulheres.

4.2.2 Edição número 2 - 01/12/2000 - Manchete: "Ameaças dificultam cerco a traficantes de mulheres"

Nesta reportagem, o jornal *O Popular* traz denúncias apresentadas pela coordenadora do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), Jaqueline Leite. De acordo com a matéria, Jaqueline afirma que o medo das vítimas estava inibindo as denúncias e dificultado as investigações das redes internacionais de traficantes. A matéria apresenta ainda, o ponto de vista da coordenadora da ONG sobre o direcionamento dos estudos realizados em Goiás, relacionados ao aliciamento e tráfico de mulheres, e do delegado da Polícia Federal, João Batista Alves, acerca do combate ao tráfico internacional de mulheres.

De início, a matéria apresenta as denúncias de Jaqueline como uma das causas encontradas que dificultam e retardam as investigações feitas pela PF e MP. Em seguida, a repórter Marília Assunção apresenta ao leitor como a coordenadora do Chame apurou as informações que originaram nesta denúncia. Segundo consta na reportagem, Jaqueline faz duas viagens por ano à Europa, onde mantém o hábito de contatar outras organizações não-governamentais e conversar com as próprias prostitutas.

Segundo a reportagem, Jaqueline classificou como positiva a disposição dos governos brasileiros e de alguns países da Europa em pesquisar a questão do tráfico internacional de mulheres. Mas pondera estas ações quando cita que tais informações também poderiam ser utilizadas para conter também a imigração ilegal da mão-de-obra para a Europa, já que neste caso, segundo a coordenadora, estas pessoas não podem ser

confundidas com traficantes e nem reprimidas. Uma repercussão da reportagem publicada no dia anterior, além de apresentar o outro lado dos fatos.

Terminada a abordagem dos fatos apresentados pela coordenadora do Chame, a repórter abre uma matéria correlata com o título *Flagrante*, na qual apresenta denúncias do delegado de Polícia Federal João Batista Alves, que até então comandava a Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e Fronteiras no Brasil. Neste fragmento, a matéria apresenta as dificuldades apontadas pelo delegado que dificultavam o combate ao tráfico internacional de mulheres, como, a necessidade de "endurecer" o controle nos países envolvidos e aparelhar, instrumentalizar e aumentar o efetivo da PF. Além disso, o delegado comprova e reafirma as denúncias destacadas pela Jaqueline.

A partir das informações publicadas nesta matéria é possível perceber a preocupação da repórter Marília Assunção ampliar o fluxo de fontes durante a apuração de todos os fatos. Além disso, ela só buscou nas fontes oficiais as informações essenciais para a reportagem. A jornalista encontrou outras informações com entidades, as próprias vítimas e seus familiares, o que enriqueceu a série de reportagens e aproximou o leitor dos fatos.

4.2.3 Edição número 3 - 13/12/2000 - Manchete: "Consulado tenta libertar goianas escravizadas"

O depoimento de algumas das vítimas do aliciamento e tráfico internacional de mulheres acrescentou mais informações ao caso abordado na série de reportagens publicadas pelo jornal *O Popular*, conforme pode ser constatado nesta matéria. O periódico destaca, nesta terceira reportagem, o drama de duas mulheres que viviam em cárcere privado, sob a custódia e maus-tratos de um ex-policial e um ex-preso, ambos portugueses e donos do clube. Segundo o depoimento das garotas, destacado na reportagem, elas estavam sendo vigiadas o tempo todo por câmeras e um cão rottweiler.

Ao final, a repórter abre uma correlata denunciando as movimentações da PF e do Consulado para libertar as vítimas, além de denunciar as ações dos donos da boate quando souberam que estavam sob investigação.

Nesta reportagem, o jornal *O Popular* publica o drama de duas vítimas após uma semana acompanhando o caso de cada uma delas. Uma das mulheres viajou para a Espanha com a promessa de trabalhar como cozinheira, mas chegando lá foi vendida para o dono de uma boate e forçada a se prostituir. Já a outra tinha consciência que trabalharia como garota de programas, mas relatou estar sob tratamento desumano, chegando até a apanhar e ficar doente diversas vezes. A matéria relata ainda o drama dos familiares das aliciadas, que ficavam desesperados com a falta de notícias; e também destaca que algumas das mulheres conseguiam fugir, mas não conseguiam dinheiro para retornar ao país de origem.

Na correlata, *O Popular* destaca as movimentações da Delegacia de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da PF em Goiás, que comunicou ao Itamaraty sobre o caso dessas mulheres, que acionou o Consulado do Brasil na Espanha, que por sua vez comunicou o caso à polícia espanhola que trata do assunto, conhecida como Estrangeria. A repórter Marília Assunção demonstra checar a veracidade dos fatos sempre que levanta novas informações:

> (...) O Delegado da PF, João Batista Alves dos Santos, explicou que o ofício informava sobre nove mulheres. Entre elas, a paulista Caren (nome fictício), que conseguiu fugir no domingo e está em uma casa de recolhimento arranjada pelo consulado. Ontem, falando por telefone do esconderijo onde se abrigou, ela disse acreditar que os donos do clube "venderam" a maioria das brasileiras a outras boates nos últimos quatro dias, quando perceberam que seriam denunciados. "Os dois são portugueses. Um é Ângelo Ramos do Nascimento, e é ex-policial, e o outro é Carlos, que era presidiário. São as pessoas mais cruéis que conheci", frisou.

Pode-se perceber que a repórter buscou ampliar o foco de suas reportagens, buscando novas informações de fontes não-oficiais. Além disso, com o depoimento da própria aliciada em questão, a matéria aproximou-se do leitor, que pôde perceber como os acontecimentos dos bastidores envolviam todo o caso.

4.2.4 Edição número 4 - 14/12/2000 - Manchete: "Aliciadas caem no golpe da babá"

Esta edição é uma repercussão da reportagem publicada no dia anterior. Após ler a matéria, Mônica (nome fictício), uma vítima do esquema de tráfico e aliciamento, decidiu denunciar o chamado golpe da babá, no qual a mulher embarca com um emprego acertado e acaba em um clube de prostitutas. Nessa reportagem, a jornalista narra todo o trajeto da aliciada, desde seu primeiro contato com a aliciadora, até sua chegada na Espanha e constatação de que fora enganada pela quadrilha de tráfico internacional de mulheres.

O jornal *O Popular* apresenta, com as informações obtidas pela Mônica, os métodos utilizados pela quadrilha para enganar as vítimas.

> "Eu precisava de dinheiro, mas só toparia se fosse um trabalho digno, o que eu deixei bem claro desde o início, por isso, ela passou a freqüentar nossa casa e convenceu minha mãe", conta. A aliciadora ajudou Mônica a tirar o passaporte na Polícia Federal, recebeu da Espanha uma passagem aérea e mil dólares (cerca de R$2 mil), que seriam pagos com o salário da futura babá, e providenciou para que a garota viajasse para Milão, na Itália e, de lá, seguisse até Valência, na Espanha.

No fragmento abaixo, Mônica, a garota aliciada relata como foi sua chegada à Espanha e como descobriu que fora enganada pela quadrilha.

> Ao chegar no aeroporto de Valência, um senhor de cerca de 65 anos, bem vestido, identificado por José Lopes Brahna, ou Pepe, como é chamado no clube, se dirigiu gentilmente até ela, como se conhecesse a jovem. "Eu não estranhei, por que seria o sogro da irmã dela e deveria ter minha descrição", disse. Em um veículo BMW, cor preta, ele a levou até a cidade de Castellon, a 60 quilômetros de Valência.
>
> (...)
>
> Eram por volta de 23 horas quando o portão de ferro da entrada do clube foi aberto por um segurança e o carro estacionou no pátio interno. Mônica sentia muita fome, frio e sono. "Estava atordoada pelo fuso horário, mas percebi que tinha uma sala de escritório com várias telas de televisão e uma porta igual a essas de cofre de banco", salientou. Ela relatou que estava com fome, Pepe chamou três brasileiras para serem as cicerones de Mônica. "Ele mandou mostrar o local e ensinar o 'serviço' para mim."

> E foi assim que a realidade surgiu, surpreendentemente, aos olhos de Mônica: "Duas mulheres estavam só de sutiã e calcinha e a outra com uma minissaia muito curta." Segundo Mônica, ela tentou disfarçar ao máximo, "afirmando, para mim mesma, com muito sangue frio, que sairia de lá na primeira oportunidade."

Esta reportagem serviu como a concretização da função social do *Jornalismo*. Pois era um alerta para que as mulheres não fossem enganadas pela quadrilha e, além disso, esta edição foi uma repercussão da reportagem publicada no dia anterior, no qual narrava o drama de outras vítimas – o que confirma a preocupação do jornal e da repórter em atualizar e buscar novas informações; Além disso, a matéria motivou Mônica a denunciar o esquema praticado pela quadrilha no Estado de Goiás.

4.2.5 Edição número 5 - 19/12/2000 - Manchete: "Acusado de escravizar goianas em clube é preso"

Cinco dias após publicar uma matéria sobre as movimentações da Polícia Federal e do Consulado com o objetivo de libertar as goianas presas em boate e denunciar o esquema de aliciamento e tráfico internacional de mulheres. A matéria apresenta o assunto com a seguinte chamada: "Acusado de escravizar goianas em clube é preso", e além disso, traz uma segunda reportagem com fatos apresentados pelo jornal espanhol *La Voz de Galícia*, que acompanhou a prisão do acusado e destacou as condições irregulares de funcionamento da boate em que as aliciadas eram mantidas. Uma forma de constatar que a imprensa internacional percebeu a importância do caso e deu início a repercussão do tema.

Um dos acusados, Carlos Felipe A. S., 39 anos, citado pelo jornal *O Popular*, na edição de 13/12/2000, como o ex-presidiário o qual as aliciadas goianas reclamavam estar as mantendo sob maus-tratos, foi preso pela Guarda Civil da Espanha. Este é o assunto principal abordado nesta reportagem, que mostra também que os motivos da prisão do acusado foram em conseqüência das denúncias apresentadas pelo jornal que motivou intervenções da PF e Consulado brasileiro. Por isso, pode-se afirmar que esta é mais uma

das reportagens que mostra os efeitos do trabalho jornalístico para denunciar esse tipo de criminalidade, o que demonstra a concretização da função social do jornalismo.

Já a reportagem correlata demonstrou a preocupação do jornal *O Popular* em mostrar que está acompanhando todos os desdobramentos e a repercussão dos casos em todas as esferas, seja nacional ou internacional. Além disso, é um complemento das informações da matéria principal e que aponta mais condições de maus-tratos e como a notícia estava sendo abordada na Espanha, palco do crime.

5. A INVESTIGAÇÃO E SEUS RESULTADOS

Realizada a análise criteriosa do teor e da metodologia adotada para a confecção das reportagens publicadas pelo jornal *O Popular* – acerca de um esquema de tráfico internacional de mulheres goianas –, e pela revista *IstoÉ* – apontando a existência de uma quadrilha composta por dirigentes e funcionários públicos especializados em extorquir empresas devedoras do Fisco, com a conivência de auditores da Receita Federal, no Rio de Janeiro –, conclui-se que, em ambos os casos, pode-se classificar as matérias como sendo de cunho investigativo, ou de reportagem em profundidade (ou grande reportagem).

Esse gênero é caracterizado por matérias extensas (além de muitas linhas, exige considerável investimento, tanto humano, quanto financeiro), cujo assunto é explorado com profundidade, com todos os seus ângulos cercados (Kotscho, 2002, p.71). E isto é visivelmente comprovado nas matérias quando percebemos a preocupação dos jornalistas em buscar outras fontes, além das oficiais; e apresentar dados que comprovaram, em determinadas situações, que os veículos estavam à frete das entidades responsáveis pela investigação dos casos, como por exemplo o Ministério Público e a Polícia Federal.

Baseando-se nos preceitos e características do *Jornalismo Investigativo*, apresentados anteriormente, segundo os autores Lopes e Proença, torna-se ainda mais fundamentada a classificação das reportagens publicadas pelos dois veículos como representantes de tal modalidade. As notícias são baseadas em denúncias devidamente documentadas, e em ambos os casos, as notícias apuradas foram resultados do trabalho do jornalista, que apurou, checou a veracidade dos fatos, ouviu pessoas envolvidas e apresentou informações novas, além de sempre contextualizar o leitor em todas as reportagens.

Embora, na maioria das vezes, reportagens de cunho investigativo tratem de denúncias, é importante diferenciá-la de uma reportagem comum, bem apurada e com informações precisas. As matérias investigativas prescindem de checagem e precisão nas informações que apresenta, mas as denúncias que revelam foram descobertas graças ao esforço do repórter; não foi obtida de outra frente de trabalho, geralmente relatórios produzidos pela Polícia Federal ou Ministério Público.

Como a intenção do presente trabalho é a de revelar se o Jornalismo é capaz de resgatar as práticas jornalísticas de investigação, a partir das matérias analisadas, podemos comprovar que esta modalidade consegue cumprir este papel. Mas é necessário ressaltar que nem todas as reportagens estudadas eram de cunho investigativo, como algumas do jornal *O Popular*, que foram selecionadas para analisar a preocupação do jornalista/veículo em dar continuidade aos fatos e cumprir o dever social com a população: informar.

O Jornalista Amaury Ribeiro destaca sua constatação de missão cumprida:

> "Aquela série de reportagens não foi apenas importante, mas fundamental para a sociedade como um todo; tanto é que recebi inúmeros prêmios, e um deles foi o 5º Prêmio Imprensa Embratel. Esta série apresentou a sociedade o que então ficaria conhecido como um dos maiores casos de lavagem de dinheiro da América Latina e até do mundo. Além disso, esta série de reportagens cadenciaram a aparição de outros escândalos nacionais, como o caso do Banestado, que meses antes eu também consegui apresentar ao público em primeira mão. Além de todos estes fatos (...), o assunto ganhou importância até no exterior. Fui convidado por uma entidade norte-americana, a CIA - Central Intelligence Agency (em português, Agência Central de Inteligência) -, para ajudá-los a investigar as ramificações deste esquema nos Estados Unidos. Fiquei lá durante um mês, o que originou outras matérias e novas descobertas. Hoje sou convidado para dar palestras, aulas, oficinas... foi um caso que entrou para a história e que me marcou muito" (informação verbal).

Neste aspecto, a também jornalista Marília Assunção observa:

> "Depois dessa série toda que fizemos, fizeram protocolos internacionais, veio gente da Suíça para conhecer o Estado, fazer um estudo aqui, pois eles perceberam que havia alguma coisa aqui. A publicação desta série trouxe grandes resultados, como este protocolo internacional, chancelado na Itália, com o objetivo de combater o tráfico humano. Seja para fins sexuais ou para qualquer outra atividade. Então os países reuniram para tomar uma série de atitude e levaram o governo federal a tomar iniciativa. Eu posso assegurar, esta série de reportagens desencadearam matérias em outros veículos e fizeram o governo federal a tomar atitude, tomar medidas, estudar, criar um grupo para estudar a situação e fazer uma pesquisa formal sobre isso. A polícia Federal criou um 0800 para isto. As pessoas passaram a denunciar com mais propriedade e entenderam que o problema era de todos" (informação verbal).

Fica claro, então, que, a partir da análise destas reportagens, podemos considerar o *Jornalismo Investigativo* como ferramenta capaz de resgatar as práticas e a função social do *Jornalismo*, que é a de apurar, checar e informar a sociedade. No entanto, deve-se levar em conta os riscos de se cumprir estes deveres.

A imprensa nacional dispõe de inúmeros casos de jornalistas que foram ameaçados ou mesmo assassinados por cumprirem com sua função social. Nos últimos anos, o caso que mais ganhou repercussão nacional foi o do jornalista Tim Lopes, morto brutalmente em uma favela do Rio de Janeiro após ser descoberto por traficantes enquanto investigava denúncias de prostituição e consumo de drogas nos bailes funks da cidade.

Já o mais recente caso aconteceu com um dos jornalistas estudados neste trabalho, Amaury Ribeiro Júnior, que foi baleado recentemente (setembro de 2007), quando apurava uma matéria sobre o crime organizado na periferia da capital do país, Brasília. O repórter foi almejado no abdômen, mas foi levado às pressas a um hospital e já está recuperado.

6. CONCLUSÃO

O estudo de caso das reportagens selecionadas, complementado com as entrevistas dos próprios jornalistas responsáveis pela apuração dos dois casos, foi essencial para determinar o propósito deste trabalho: delimitar se o *Jornalismo Investigativo* é uma modalidade capaz ou não de resgatar as práticas, bem como cumprir o dever social de informar do *Jornalismo*. Outro objetivo, tão relevante como o primeiro, era identificar se os padrões éticos exigidos pela profissão foram assegurados no decorrer da série de denúncias publicadas pelos dois veículos de comunicação – o jornal *O Popular* e a revista *IstoÉ*.

A primeira hipótese formulada refere-se ao comprometimento ético dos impressos no decorrer das publicações das denúncias – desde a escolha da pauta, apuração dos fatos e fechamento dos textos. A análise do material coletado permitiu determinar que os procedimentos adotados pelos dois veículos estão em consonância com os padrões éticos exigidos pela profissão. No caso do jornal O Popular, a repórter preserva a identidade das fontes/vítimas, de forma a apresentar a denúncia sem expô-las ao risco de morte ou algum tipo de coação por parte do denunciado.

Nas reportagens publicadas pela revista IstoÉ, o jornalista preocupa sempre em comprovar a notícia apresentada com documentos ou fontes relevantes do caso, como vítimas ou mesmo integrantes do próprio esquema, garantindo assim a veracidade dos fatos ao leitor. Naturalmente, conclui-se que a ética foi um elemento norteador das reportagens publicadas nos dois impressos, pois como foi exposto no desenvolvimento do trabalho, quando o respeito às técnicas jornalísticas prevalece, a ética automaticamente se faz presente.

A consolidação do *Jornalismo Investigativo* como gênero do jornalístico envolvem diversas questões controversas, e por isso a fundamentação teórica deste trabalho procurou mostrar, por meio da contextualização histórica do *Jornalismo*, a ascensão desta modalidade. Em nenhum momento o presente estudo descartou esta questão, mas posicionou-se de forma a considerar que nem toda atividade jornalística prescinde de investigação para ser executada. Em outros termos, não considerou o *Jornalismo Investigativo* como uma redundância do *Jornalismo*.

A segunda hipótese lançada era a de que as reportagens publicadas pelo jornal *O Popular* e pela revista *IstoÉ* fossem de cunho investigativo, ou apenas resultado de um trabalho característico desta modalidade; tendo em vista o teor das denúncias e a repercussão que causaram nacionalmente. O fato de algumas reportagens não serem consideradas como investigativas não interferiu nas análises, pois serviram para comprovar a preocupação do veículo em contextualizar a notícia e manter o leitor informado. Esta comprovação só foi feita graças ao estabelecimento de categorias de análise (Método; Origem das Fontes; Apresentação das denúncias; etc) que forneceram parâmetros seguros para detectar ou não os elementos presentes nas matérias.

Por outro lado, as duas séries de reportagens, no geral, podem ser classificadas como investigativas, pois cumprem com as características essenciais desta modalidade, e que foram abordadas ainda no capítulo 1 deste trabalho. Tendo esses pré-requisitos, o que se verifica é um *Jornalismo Investigativo* <grifo nosso> em estado puro ou uma *Reportagem Investigativa Original* (Kovach; Rosentiel, 2004, p.176). Resumidamente, os resultados das análises indicaram da seguinte forma a série de reportagens publicadas nos dois veículos:

1. São investigativas;
2. Não são denuncistas, pois as revelações são fundamentadas e bem intencionadas, considerando que o assunto é de interesse público;
3. E, finalmente, não se tratam de *Jornalismo* feito por terceiros. Embora no caso da série publicada pela revista *IstoÉ* ter sido originada de um dossiê, o jornalista afirmou que já estava investigando o assunto, e que o documento surgiu como uma confirmação das suspeitas. Nos dois casos, as matérias apontaram os culpados e destacando o tipo de crime cometido, sempre demonstrando a preocupação em checar as informações e ampliar o leque de fontes.

Tendo as hipóteses e algumas intuições confirmadas, o balanço que se faz deste trabalho é que foi possível cumprir as finalidades propostas. Portanto, pode-se afirmar que o *Jornalismo Investigativo* tem conseguido comprovar sua importância como modalidade jornalística e que o mesmo representa uma ferramenta capaz de consolidar a democracia e

legitimar sua função de guardião das instituições; e claro, sem desprezar os preceitos éticos da profissão.

Os limites de uma apuração também devem ser levados em consideração. Assim como exposto no capítulo anterior, levar uma investigação a diante pode custar a vida do jornalista. Então, o profissional deve sempre analisar se há risco de morte, pois este é um fator determinante na decisão da continuidade ou não de uma reportagem.

Um outro ponto a ser analisado é a formação do jornalista. Como as bibliografias sobre o tema ainda são recentes, constata-se que a discussão desta modalidade adentrou as salas de aula das academias apenas nos últimos, ou, na pior das hipóteses, ainda não é nem abordado.

A Abraji, como entidade nacional máxima no setor, deveria viabilizar esta formação acadêmica baixando os custos de seus cursos e buscando aproximação dos estudantes com mais projetos. É necessário destacar que a associação já realiza atividades neste sentido, mas ainda são feitas em pouca escala e apenas os estudantes e profissionais do eixo Rio-São Paulo são os maiores beneficiados, já que estes residirem próximo a sede da organização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e técnica**. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

BARONI, Maria Alice Lima. **Considerações sobre a Redundância na Expressão Jornalismo Investigativo.** 1º Congresso de Estudantes de Pós-graduação em comunicação do Rio de Janeiro **22, 23 e 24** de novembro de 2006 – Rio de Janeiro – UFRJ.

BRANCO, Carlos Castello. **Jornalismo investigativo, só com democracia**. Cadernos de Jornalismo 1, v.1, n.1, p. 14-15. 1990.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DINES, Alberto. **O papel do jornal: uma releitura.** 8. ed. São Paulo: Summus, 1986.

EISENSTEIN, Elisabeth. **A Revolução da cultura impressa.** São Paulo: Ática, 1998.

FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

LAGE, Nilson**.** ***A reportagem*****: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LOPES, Dirceu Fernandes & PROENÇA, José Luiz (orgs). **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Publishare Brasil, 2003.

MELO, José Marques de. **História Social da Imprensa**. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RAMOS, Flavia G. De Olho na Fonte - **Jornalismo Investigativo na Política Brasileira**. Produção Editorial no XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre RS, 2006.

RÜDIGER, F. R. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4° ed. São Paulo: Ática, 2002.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público devem exigir.** 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação.** Trad. Rafael Varela Jr. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ANEXOS

Quadrilha Fiscal – Ed. n° 1 - 15/01/2003

Quadrilha fiscal

Frutos de propina e extorsão, US$ 33,4 milhões foram enviados para a Suíça por funcionários do alto escalão da Secretaria de Fazenda do Rio

Confira os documentos que comprovam as irregularidades

Amaury Ribeiro Jr e Sônia Filgueiras
Colaborou Ricardo Miranda – RJ

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho (PSB), virou o ano trocando acusações com sua antecessora, Benedita da Silva (PT), sobre a responsabilidade pelo bloqueio de R$ 86 milhões em impostos federais destinados ao Estado feito pela União. Com esse dinheiro, Rosinha acredita que conseguirá pagar parte do 13º salário dos 480 mil funcionários do governo do Rio, até hoje em atraso. Porém, bastaria que a governadora desse um simples telefonema ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para descobrir um dos motivos que vêm arruinando os cofres do Estado. De quebra, a governadora ainda teria uma fonte alternativa para tapar o buraco. Em novembro passado, Brindeiro recebeu das mãos de seu equivalente na Suíça, Brent Holtkmam, um precioso dossiê traduzido para o português pela embaixada brasileira em Berna que mostra o surpreendente resultado de uma escandalosa estrutura de corrupção montada dentro da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio com a conivência de auditores da Receita Federal lotados no Estado. De acordo com os documentos entregues a Brindeiro, aos quais ISTOÉ teve acesso, quatro funcionários do alto escalão do Fisco fluminense mandaram US$ 30,2 milhões para a Suíça. Outros US$ 3,2 milhões foram enviados por quatro auditores da Receita Federal lotados no Rio de Janeiro. Os US$ 33,4 milhões remetidos pela turma de fiscais, correspondentes a R$ 110,4 milhões, dariam para saldar pelo menos 20% da dívida do governo do Rio com seus servidores. O dinheiro saiu do Brasil por intermédio do Discount Bank and Trust Company, um banco suíço com sede em Genebra. No Brasil, tem apenas um escritório, localizado na avenida Nilo Peçanha, no centro do Rio de Janeiro. No mesmo local, funciona a empresa Coplac Consultoria e Promoções, de propriedade do representante do banco no Brasil, Herry Rosemberg. Nos registros oficiais, tanto o escritório como a Coplac apresentam transações financeiras modestas, levando à suspeita de que o dinheiro chegava à Suíça por intermédio de doleiros ou depósitos feitos diretamente no Exterior.

No furacão: Silveirinha remeteu ilegalmente US$ 8,9 milhões enquanto ocupava o cargo de subsecretário estadual de Administração Tributária, entre 1999 e 2000

Cargo-chave – Entre os envolvidos está Rodrigo Silveirinha Corrêa, um antigo colaborador do ex-governador Anthony Garotinho e assessor econômico da campanha de Rosinha. Na segunda-feira 6, chegou a ser empossado na presidência da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (Codin), mas foi afastado do cargo apenas quatro dias depois, enquanto ISTOÉ finalizava a apuração. Encarregado pela governadora de estudar a reestruturação da malha de arrecadação do Estado, Silveirinha remeteu ilegalmente US$ 8,9 milhões. A maior parte do dinheiro foi parar em uma conta suíça enquanto ele ocupava o cargo-chave de subsecretário de administração tributária do governo Garotinho, entre 1999 e 2000. Um ex-subordinado de Silveirinha, o fiscal de rendas Carlos Eduardo Pereira Ramos, enviou uma bolada ainda maior: US$ 18 milhões. As demais remessas ilícitas da equipe do Fisco estadual foram feitas pelo ex-chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Fazenda, Lúcio Manoel dos Santos Picanço (US$ 1,2 milhão), e pelo fiscal Rômulo Gonçalves (US$ 2,1 milhões). O esquema envolve também os auditores da Receita Federal Sérgio Jacome de Lucena (US$ 320 mil), Axel Ripoll Hamer (US$ 680 mil), Hélio Lucena Ramos da Silva (US$ 450 mil) e Amauri Franklin Nogueira Filho (US$ 1,8 milhão). Todos trabalham no setor fazendário do Rio e já estão sob investigação da Receita Federal e do Banco Central. O caso está sob o comando do Ministério Público e da Polícia Federal. Em 11 de dezembro último, o delegado responsável pelas investigações, Adalton de Almeida Martins, abriu o inquérito 20/2002 contra os oito funcionários para apurar os crimes de lavagem, remessa de dinheiro sem autorização do Banco Central, manutenção de depósito ilegal no Exterior, corrupção passiva e extorsão. Se tudo se comprovar, além da perda do cargo, a turma poderá pegar até dez anos de prisão. "Todos acham que podem mandar recursos para a Suíça sem explicar a sua origem. Mas os acordos internacionais recentes, dos quais somos signatários, exigem que o depositante mostre de onde vem o dinheiro", explica uma alta fonte da procuradoria suíça. De acordo com
a mesma fonte, o gerente do banco onde os oito fiscais tinham suas contas, cujo nome está sendo mantido em sigilo, exigiu que justificassem de onde vieram tantos milhões, mas eles se limitaram a responder que
os dólares eram fruto de consultorias e auditorias prestadas a empresas privadas. Como não apresentaram comprovantes, o banco acionou
o MP da Suíça, já escaldado pela investigação de outros escândalos brasileiros milionários. Uma fonte ligada a um dos envolvidos informa que a instituição mantida em sigilo é o Union Bancaire Privée.

Extorsão – ISTOÉ, que apura as atividades dos fiscais há 40 dias, levantou documentos em cartórios, ouviu o depoimento de empresários locais e funcionários do alto escalão do governo e chegou a uma conclusão estarrecedora: tudo aponta para a existência de um grupo de dirigentes e funcionários públicos especializado em extorquir empresas de grande porte devedoras do Fisco. Os auditores estaduais, que trocavam informações com os quatro colegas federais, montaram uma banca dedicada a vender anistia de multas e benefícios tributários. Os documentos mostram que enquanto os fiscais federais tentam simular uma vida modesta, os estaduais não têm a menor preocupação em disfarçar a própria riqueza, esbanjando luxo. O campeão dos milhões na Suíça Carlos Eduardo Pereira Ramos, por exemplo, ganha R$ 8,2 mil depois de 12 anos como fiscal de rendas do Estado. No entanto, isso não o impede de ser proprietário de três apartamentos em condomínios de luxo na Barra da Tijuca, dois terrenos em Jacarepaguá, um em Natal e uma polpuda caderneta de poupança de R$ 850 mil na conta 501593/6 na agência 0265 do Banco do Brasil no Rio, segundo narra o contrato de partilha de bens firmado entre Ramos e a ex-mulher Valéria Gonçalves dos Santos, registrado no 24º Cartório de Notas da cidade. No mesmo documento, o fiscal de rendas concorda em deixar para a ex-mulher R$ 110 mil, além de um carro e parte dos bens. Silveirinha, Gonçalves e Picanço também mostram uma vida incompatível com seus salários de funcionários públicos de carreira. Silveirinha mora em uma espaçosa mansão avaliada em
R$ 1 milhão em um seleto condomínio no sofisticado bairro do Recreio dos Bandeirantes. Os outros dois colegas têm apartamentos no Rio e casas em condomínios de classe média alta em Niterói. No caso dos auditores do fisco federal, com exceção de Hélio Lucena Ramos da Silva, que tem uma casa próxima à de Picanço em Niterói e um apartamento no Rio, os outros três moram em apartamentos simples na zona norte da cidade.

Fachada: escritório do banco suíço por onde saiu o dinheiro também serve de sede para uma empresa de consultoria

Esquema – Segundo os relatos de empresários que se dizem vítimas da extorsão do grupo, o esquema funcionaria em dois setores: na Inspetoria de Contribuintes de Grande Porte e no Programa de Reestruturação de Empresas Fluminenses, ambos criados por Garotinho com o propósito de aumentar a arrecadação e estimular o desenvolvimento do Estado. À inspetoria, criada em janeiro de 1999, cabia a fiscalização das 400 maiores empresas do Rio, responsáveis por 75% da arrecadação de ICMS do Estado. Ou seja, uma bolada mensal na casa dos R$ 600 milhões. No topo da pirâmide hierárquica estava Silveirinha, que, como subsecretário de Administração Tributária, comandava toda a estrutura de fiscalização. Tido como técnico competente, ele foi o mais jovem subsecretário que o Rio já teve. Assumiu o cargo com apenas 36 anos e, em 2000, chegou a ganhar um prêmio concedido por uma associação de empresas de informática local. Um dos elaboradores do programa de governo de Rosinha na área de finanças, Silveirinha manteria seu trânsito entre os empresários do Rio
à frente da Codin. A atual governadora quer transformar a empresa em uma grande agência de fomento. No antigo posto de subsecretário,
o braço direito de Silveirinha na inspetoria era Carlos Eduardo Ramos,
que chefiava os funcionários responsáveis pela fiscalização dos grandes contribuintes do Estado. Ramos, por sua vez, era assessorado por
Rômulo Gonçalves, um dos integrantes da inspetoria. Talvez pela precocidade (os três foram contratados como fiscais no concurso público de 1990), ganharam dos

empresários do Rio o apelido de "menudos da Fazenda", numa alusão ao extinto grupo de cantores adolescentes de Porto Rico que fez sucesso na década de 80. Picanço, filho de um ex-prefeito de Niterói e candidato derrotado a uma vaga para deputado federal pelo PDT do Rio, ocupou, entre outros cargos estratégicos na estrutura da Secretaria Estadual de Fazenda, o de secretário-executivo do Conselho Superior de Fiscalização Tributária. Deixou o cargo no ano passado para disputar a eleição em que obteve 25 mil votos. Apesar
da polpuda poupança de US$ 1,2 milhão no Exterior, o candidato derrotado declarou ter gasto modestos R$ 40 mil na sua campanha.
A maior parte foi doada pelo estaleiro Promar Reparos Navais Ltda.

Propriedades: Carlos Eduardo mora em um condomínio da Barra da Tijuca (à esq) e é dono de mais dois apartamentos no mesmo bairro. Um deles (à dir.) na rua General Paquet 199, bloco 1

Para a Polícia Federal, o esquema deve envolver outras pessoa do alto escalão. Dificilmente apenas os quatro seriam capazes de controlar uma rede de propinas tão lucrativa. A informação é confirmada em parte pelo ex-secretário de Fazenda Carlos Antônio Sasse, sogro de Picanço e responsável pela criação da inspetoria. Segundo Sasse, que ficou apenas nove meses no cargo, para evitar fraudes, todas as operações de fiscalização de grande porte eram feitas por no mínimo quatro funcionários escolhidos
aleatoriamente. Os critérios das autuações eram submetidos à avaliação de uma equipe de auditores ligada à cúpula da secretaria. Ele nega,
no entanto, que tenha ocorrido alguma ilegalidade durante sua administração. "Criamos uma estrutura em que era impossível este tipo
de coisa acontecer. Se houve corrupção, ela ocorreu antes ou depois
da minha gestão", defende-se o ex-secretário. Localizado em seu apartamento no bairro do Flamengo, Lúcio Picanço recebeu com estranheza a notícia da existência de sua conta na Suíça. Ele diz acreditar que seu nome tenha sido usado por outras pessoas para abrir conta em paraísos fiscais. "Sou de uma família tradicional de Niterói, mas jamais teria condição de levantar uma grande quantidade de dinheiro como essa." Ele diz que seus bens são fruto de herança da família e informa que já contratou o advogado Arthur Lavigne para defendê-lo, apesar de não ter sido comunicado oficialmente pela PF do fato.
Confirma que conhecia os outros três auditores da Receita estadual,
mas despachava apenas com Silverinha e exclusivamente assuntos burocráticos. Procurado em sua casa no Recreio dos Bandeirantes,
o ex-secretário adjunto não foi localizado. Já Carlos Eduardo Pereira Ramos negou-se a comentar o caso. "Não sou da Receita e não
tenho nada a declarar", disse ao ser procurado por ISTOÉ em 18
de dezembro. Desde então, está trancado em seu apartamento na
Barra da Tijuca, onde se recusa a receber até mesmo oficiais de
Justiça. Por intermédio de amigos, Hélio Lucena informa que
aguarda ser comunicado oficialmente sobre as contas na Suíça.

Ponto de encontro – Silveirinha também aparece como integrante do conselho que comandava um programa especial de incentivo ao setor produtivo do Estado. O programa consistia na concessão de financiamentos a empresas inadimplentes interessadas em quitar seus débitos com o Fisco local. "O problema é que a liberação desses empréstimos tinha que ser submetida à aprovação da cúpula da secretaria, que pedia dinheiro em troca da concessão dos benefícios", diz um empresário falido que aguarda os desdobramentos das investigações para se pronunciar oficialmente. Segundo o mesmo empresário, os quatro auditores do Fisco federal costumavam despachar no oitavo andar de um prédio na rua Graça Aranha, no centro do Rio, a poucos metros da delegacia da Receita. Arrumada por Axel Ripoll, a sala era o ponto de encontro onde os auditores estaduais e federais acertavam negócios. A ligação entre os dois grupos é documentada. Amauri Franklin Nogueira e Carlos Eduardo Ramos têm uma sociedade em dois terrenos em Jacarepaguá, segundo um documento obtido por ISTOÉ no cartório do 1º Ofício de Notas do bairro. Uma fonte ligada a um dos fiscais federais envolvidos confirma o envio do dinheiro para fora do País.

Picanço (a dir) tem US$ 1,2 milhão no Exterior e mansão em Niterói próxima à do fiscal federal Hélio Ramos

Mas diz que o pé-de-meia no Exterior foi amealhado à custa de consultorias tributárias concedidas a contribuintes com pendências fiscais. O grupo tentou transferir o dinheiro da Suíça, mas não conseguiu. Os US$ 33,4 milhões estão bloqueados pela Justiça daquele país.

Apesar de ainda não terem sido chamados para depor na corregedoria da Receita, dois dos quatro auditores federais pediram licença.

As revelações do Fisco suíço caíram como uma bomba nos bastidores empresarias e corredores das burocracias estadual e federal do Rio. Encurralados, já apelam para ameaças. Por volta das 16h de terça-feira 7, a sucursal de ISTOÉ em Brasília recebeu um telefonema de uma pessoa que, se dizendo parente de um dos fiscais investigados, avisou que o repórter Amaury Ribeiro Jr., que fazia o levantamento de bens no Rio, "estava com seus dias contados".

Os Menudos do Fisco

• **Rodrigo Silveirinha**
Ex-secretário adjunto de Administração Tributária no governo Garotinho e assessor econômico da campanha de Rosinha.
Tem US$ 8,9 milhões.
• **Lúcio Manoel Picanço**
Ex-assessor e genro do primeiro secretário de Fazenda de Garotinho. Tem US$ 1,2 milhão.
• **Carlos Eduardo Pereira Ramos**
Ex-chefe da Inspetoria de Contribuintes de Grande Porte. Tem US$ 18 milhões
• **Rômulo Gonçalves**
Fiscal de rendas da inspetoria. Tem US$ 2,1 milhões
• **Amauri Franklin Nogueira Filho**
Fiscal da Receita Federal. Tem US$ 1,8 milhão
• **Hélio Lucena Ramos da Silva**
Fiscal da Receita Federal. Tem US$ 450 mil
• **Sérgio Jacome de Lucena**
Fiscal da Receita Federal. Tem US$ 320 mil
• **Axel Ripoll Hamer**
Fiscal da Receita Federal. Tem US$ 680 mil
Total enviado para a Suíça: US$ 33,45 milhões

O que são US$ 33,45 mi (ou R$ 110,4 mi)

• 552.250 salários mínimos
• 7,2 prêmios da Mega Sena acumulada
• 7.363 carros Gol Special 1.0
• 248.873 mil salários de professores
• 2/3 do dinheiro desviado pelo juiz Nicolau da obra do TRT em São Paulo
• 13.806 salários de um ministro
• 12 coberturas na av. Vieira Souto, na praia de Ipanema
• 52 milhões de litros de gasolina, que abasteceriam dois mil carros por dez anos
• 1/4 do orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública em 2003

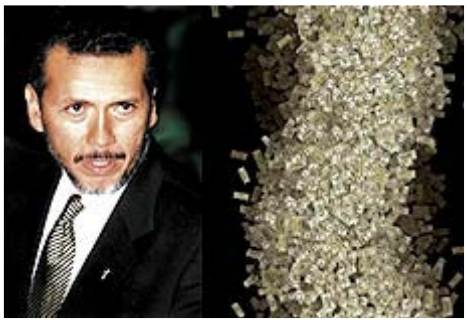
Ralo da Impunidade – Ed. n° 2 - 05/02/2003

Ralo da impunidade

Relatório que a PF esconde aponta que políticos, contrabandistas e traficantes tiraram do País US$ 30 bilhões em três anos

MAPA DA MINA: Confira por onde passa o dinheiro desviado

Amaury Ribeiro Jr. e Sônia Filgueiras – *Foz do Iguaçu (PR)*



O criminoso João Arcanjo tem US$ 50 milhões em bancos suíços e em paraísos fiscais

Quase um mês depois de ISTOÉ revelar a existência dos US$ 34,8 milhões nas contas suíças dos fiscais da Secretaria Estadual e da Receita Federal do Rio de Janeiro, a procuradora da República no Rio Marlyluce Santiago Barra e o delegado da Polícia Federal Adalton de Almeida Martins têm encontrado dificuldades para descobrir como o dinheiro extorquido de empresários saiu ilegalmente do País. As dúvidas do Ministério Público e da PF são alimentadas principalmente pela irrisória movimentação financeira no Brasil, registrada no Banco Central pelo Discount Bank and Trust Company, entidade financeira suíça responsável pelas remessas irregulares. Ao investigar as trilhas do dinheiro sujo, ISTOÉ descobriu que as respostas para os questionamentos do delegado e da procuradora estão mantidas escondidas há mais de um ano nas próprias dependências do Ministério Público e da PF. Em dois cofres secretos da Procuradoria da República e da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, um minucioso laudo conclusivo, com 35 mil documentos recolhidos pela perícia técnica da Polícia Federal, mostra que os fiscais da Receita Federal e da Secretaria do Rio de Janeiro utilizavam o mesmo esquema da fraudadora do INSS Jorgina de Freitas e de outros funcionários corruptos do Rio para fazer remessas irregulares de dinheiro para o Exterior.

Se colocarem as mãos no laudo, os responsáveis pela apuração do esquema de corrupção no Rio terão, de cara, acesso a mais de 200 contas sujas em bancos na Suíça, no valor de US$ 890 milhões.
Desse montante, 20 foram abertas no Discount Bank e no seu atual incorporador Union Bancaire Privée (UBP), e pelo menos quatro delas indicam ser, de acordo com relatório, provenientes de dinheiro da corrupção do Rio. Abertas em 1996 na agência do Discount Bank de Zurique, as contas número 182.167ZI, com US$ 3,2 milhões, e a 182.528.ZV, com US$ 4 milhões, chamam a atenção por terem as mesmas iniciais 182 encontradas nas contas dos demais fiscais do Rio no mesmo banco suíço. Elas estão ligadas operacionalmente à conta número 50660.ZK, de US$ 1,5 milhão, na mesma agência do Discount Bank, e à conta identificada com as letras C.O.M.O, abertas no mesmo período, na agência do UBP de Genebra.

Entre as 200 contas sujas de brasileiros na Suíça já periciadas pela Polícia Federal, uma ajuda a explicar por que o UBV resolveu denunciar as contas dos fiscais ao

Ministério Público. Aberta com quase US$ 2,5 milhões em 1997, a conta número 965855, na agência de Genebra do Bank Loyds Trust, tem como beneficiário o comendador de Mato Grosso João Arcanjo Ribeiro, procurado pela PF e pela Interpol em mais 100 países sob a acusação de comandar uma quadrilha ligada ao contrabando de armas e diamantes, à lavagem de dinheiro e a uma série de assassinatos.

O que liga os fraudadores do INSS, os fiscais acusados de extorsão do Rio e o narcotráfico são dois doleiros do Paraná foragidos da polícia: Alberto Yussef e Sílvio Anspak, apontados como os maiores lavadores de dinheiro da história do País. Conhecidos por esquentar dinheiro do narcotraficante Fernandinho Beira-Mar, os doleiros também foram responsáveis pela remessa de parte do dinheiro de corrupção do Rio e do comendador Arcanjo, que, segundo os rastreamentos dos peritos, têm outros US$ 50 milhões em Miami, no Uruguai e nos paraísos fiscais das ilhas do Caribe. Essas ligações perigosas chamaram a atenção da diretoria do UBP. Ao constatarem que o dinheiro dos fiscais chegava na Suíça no mesmo bolo dos recursos do narcotráfico, os diretores do banco acionaram o subprocurador suíço Brent Holtkamp.

Alberto Yussef, um dos maiores doleiros do País, lavou dinheiro de Fernandinho Beira-Mar e foi responsável pela remessa de parte do dinheiro de corrupção dos fiscais do Rio de Janeiro

Entregue à Receita Federal desde janeiro, o relatório mostra que Anspak, Yussef e outros dez doleiros tinham como base de apoio em suas operações principalmente a agência em Nova York do Banestado – ex-banco estatal do Paraná, privatizado em outubro de 2000 –, que, com a conivência de toda sua diretoria em Curitiba, servia apenas de fachada para uma megalavanderia mundial do contrabando e da corrupção. Instalada num luxuoso prédio da avenida das Nações, a agência, que tinha como correntistas apenas doleiros e parentes dos funcionários, foi a solução encontrada pela rede de corrupção brasileira para atender a uma exigência da Câmara de Compensação Internacional, que define as regras de trânsito de recursos financeiros no planeta. Numa tentativa de coibir operações de lavagem de dinheiro em todo o mundo, a Câmara exige que todas as remessas em dólar passem por bancos americanos antes de ingressar em contas de paraísos fiscais. No caso dos dólares de Arcanjo no Bank Lloyds Trust, o dinheiro começou a sair dos EUA pela conta do Banestado da Marmoraria Internacional, uma empresa offshore criada nas Ilhas Virgens pelo doleiro brasileiro Chaaya Mogarabi. Após passar pelo Bankers de Nova York, o dinheiro seguiu direto para a conta de Arcanjo na Suíça. Discípulo de Yussef, que o avalizou no Banestado, Mogarabi, de acordo com o laudo, teria centralizado todas as operações de narcotráfico do País na conta da Marmoraria. No ano passado, o FBI, com base em informações da PF, conseguiu bloquear a conta da Marmoraria Internacional, com mais de US$ 350 milhões.

Apontado pelo FBI – a Polícia Federal dos EUA, que colaborou com as investigações da PF – e pelas Unidades de Inteligência Financeiras (Uifs) como o maior trabalho de rastreamento de dinheiro sujo de todos os tempos, o laudo técnico, que a alta cúpula da PF parece esconder, mostra que, no período de 1996 a 1999, o esquema montado no Banestado serviu para que centenas de políticos, traficantes e contrabandistas enviassem, por intermédio de doleiros brasileiros, US$ 30 bilhões para a Suíça e outros paraísos fiscais. Para se ter idéia, em uma única remessa, US$ 800 milhões foram enviados para um fundo nas Ilhas Virgens.

Bomba – "Esse relatório, que muitas pessoas tentam esconder, é uma bomba que precisa ser levada a sério e distribuída a todos os procuradores que investigam esquemas relacionados a seu conteúdo", afirma o procurador de Mato Grosso, Pedro Taques. Apesar de rastrear as atividades de João Arcanjo Ribeiro e outras operações de lavagem, Taques até hoje não teve acesso às informações da perícia técnica. O laudo dos peritos também ajudaria muito os procuradores do Ceará, que há duas semanas conseguiram prender Wilson Roberto Landim, um dos principais doleiros de Fortaleza. Landim é outro que aparece nas listagens recolhidas pela PF. Ao ser informado por ISTOÉ das contas sujas da Suíça, Taques, com o colega de Brasília Guilherme Schelb, acionou o subprocurador da Suíça, responsável pela revelação das contas de Silveirinha, para pedir o bloqueio da movimentação do dinheiro.

O estudo técnico que provoca arrepios nos políticos nasceu de uma audaciosa idéia do delegado José Castilho Neto e de dois peritos de Foz do Iguaçu, que investigavam operações de lavagem de dinheiro na região da tríplice fronteira. No começo do ano passado, eles partiram para os EUA. De posse de um protocolo de cooperação assinado no início da década de 90 pelos governos dos dois países, eles conseguiram que a Justiça americana quebrasse o sigilo de toda a agência do Banestado. Acompanhados de agentes do FBI, que imediatamente bloquearam todos os repasses do banco paranaense para a Bolívia, Colômbia e outros países ligados ao narcotráfico, os delegados e os peritos passaram 30 dias recolhendo extratos e documentos. No final da operação, eles trouxeram na bagagem um amontoado de 135 contas controladas por 12 doleiros brasileiros que remeteram, entre 1996 e 1997, US$ 18 bilhões que foram despejados em paraísos fiscais através de 35 mil contas. Na operação, puderam detectar que os mesmos correntistas enviaram mais US$ 12 bilhões para as mesmas contas nos anos de 1998 e 1999. Mas os extratos e os documentos que demonstram essas novas transações ainda estão nos EUA, sob a tutela do FBI, aguardando que o governo brasileiro vá buscá-los.

Jorgina, fraudadora do INSS, está presa, mas seu esquema ainda é usado para tirar dinheiro do País

A quebra do sigilo dos doleiros permitiu que a Polícia Federal montasse um minucioso mapa da saída e entrada do dinheiro sujo de brasileiros. Laranjas paraguaios, uruguaios e argentinos, arregimentados pelos doleiros – até o momento, a Polícia Federal já identificou 400 deles –, abriram no Brasil contas especiais, destinadas a estrangeiros que têm negócios, mas não moram no País, as chamadas contas CC-5. Por intermédio delas, o dinheiro sujo era enviado para contas em bancos no Paraguai e Uruguai. Os depósitos são feitos por funcionários das casas de câmbio dos doleiros. As remessas são fracionadas em centenas de operações, sempre abaixo de US$ 10 mil. Acima desse valor, qualquer operação tem que ser comunicada formalmente ao Banco Central.

Das contas paraguaias e uruguaias, o dinheiro sujo segue para contas gigantes na agência do Banestado em Nova York controladas pelos 12 principais doleiros do País. De lá, os dólares são depositados em contas ou fundos instalados em paraísos fiscais, já em nome dos corruptos e traficantes. Para desvendar as operações com tantos detalhes, a Polícia Federal chegou a instalar câmeras nas

agências
do Banestado em São Paulo e em Foz do Iguaçu, onde registrou os depósitos, feitos pelos funcionários dos doleiros.

O caminho de volta do dinheiro sujo também foi esquadrinhado pela Polícia Federal. Dessas remessas, pelo menos US$ 2 bilhões já rastreados pelos peritos voltaram ao Brasil da seguinte maneira: depois de passar por oito empresas offshore em paraísos fiscais, o dinheiro de vários correntistas foi reunido em contas-ônibus com 21 dígitos em que apareciam apenas o nome do banco contratado para fazer a operação de câmbio e para trazer de volta o dinheiro, o que acabou facilitando operações de lavagem de dinheiro. Uma outra parte retornava pelos fundos em investimentos fajutos e aplicações, por exemplo, na participação acionária em empresas brasileiras, inclusive de estatais privatizadas. A identificação dos verdadeiros cotistas desses fundos é dificílima. Em geral, o fundo de investimento que aplica o dinheiro no Brasil é formado por um ou dois outros fundos também instalados em paraísos fiscais, estes sim formados pelos verdadeiros donos do dinheiro sujo.

Mesma trilha – Para sair novamente, os recursos se servem de operações fraudulentas de compra e venda de ações, que geram lucros e prejuízos fictícios. O dinheiro da corrupção dos fiscais do Rio de Janeiro seguiu a mesma trilha. Os auditores da Receita Federal e parte dos funcionários do Fisco estadual entregavam o dinheiro a ser remetido no escritório da Coplac, empresa de consultoria montada por Herry Rosenberg, representante no Brasil do Discount Bank e do Scontinvest Equity Fund, um fundo estrangeiro com sede no paraíso fiscal de Luxemburgo.

Os boys do escritório depositavam o dinheiro em três contas do laranja paraguaio com o sugestivo nome de Saturnino Arak, entre outros cooptados pelos doleiros Anspak e Yussef. As contas de Arak, que também serviram para lavar o dinheiro da fraudadora Jorgina, em apenas quatro anos movimentaram US$ 1 bilhão. De lá, o dinheiro obedecia o trajeto-padrão, passando pelo Paraguai e pelo Uruguai, pela conta do Banestado de Nova York e, finalmente, desaguando na Suíça. Uma outra parte da turma de Silveirinha utilizava um sistema mais seguro. O dinheiro da propina era depositado por empresários diretamente nas contas suíças.

Toda essa bolada de US$ 32 bilhões poderia ser recuperada se houvesse mais empenho das autoridades. Considerando que o dinheiro é comprovadamente sujo, bastaria que o Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) avisasse aos seus órgãos irmãos no resto do mundo (chamados de Uifs) para que o dinheiro fosse identificado e repatriado. Mas, até o momento, a Polícia Federal e a Receita, também convocada para integrar as investigações, nada fizeram. O dossiê-bomba só serviu mesmo para barganhas políticas. No governo passado, policiais ligados à alta cúpula da Polícia Federal vazaram a informação de que pefelistas constavam na papelada. Hoje, a situação na direção da PF, muito próxima de políticos do PFL, parece ter se invertido.

O que significam US$ 30 bilhões

• A quantia é três vezes maior que o valor envolvido em um dos mais bombásticos escândalos financeiros de que se teve notícia na Argentina. Sob investigação das autoridades locais, suspeita-se que US$ 10 bilhões sumiram do país dias antes da decretação do corralito, em dezembro de 2001.

• A dinheirama equivale a R$ 108 bilhões, que daria para tapar o rombo da Previdência Social durante dois anos seguidos ou bancar o programa Fome Zero durante 21 anos.

• Significa nada menos que 8% de toda a riqueza que a economia brasileira é capaz de produzir durante um ano e corresponde ao dobro da economia nas contas públicas que o governo brasileiro terá que fazer neste ano para cumprir o acordo com o FMI.

Pesquisa vai investigar aliciamento de goianas – Ed. n° 3 – 30/11/2000

Pesquisa vai investigar aliciamento de goianas

Medida parte da constatação de que Goiás é o maior exportador brasileiro de mulheres para a prostituição na Europa

MARILIA ASSUNÇÃO e AJB

Uma pesquisa a ser realizada em dez cidades goianas vai tentar descobrir, a partir de janeiro, por que mulheres desses municípios estão sendo aliciadas pelas redes internacionais de prostituição. O levantamento faz parte das ações anunciadas durante o Seminário sobre o Tráfico de Seres Humanos, que ocorreu em Brasília, e será financiado pelo Ministério da Justiça, por uma universidade dos Estados Unidos e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O levantamento será feito em Goiânia, Uruaçu, Anápolis, Trindade, Senador Canedo, Caldas Novas, Goiás, Rio Verde, Valparaíso e Novo Gama.

As cidades escolhidas foram as mais citadas nas ocorrências de aliciamento investigadas pela Polícia Federal, nas reportagens sobre tráfico de mulheres e em denúncias de familiares, além de terem sido apontadas como centros exportadores de prostitutas em dossiê da Câmara Federal feito há três anos. Mesmo sem números precisos, durante o seminário em Brasília, Goiás foi citado como o primeiro colocado entre os Estados brasileiros no aliciamento de mulheres para a prostituição internacional, especialmente para países da Europa. O combate ao tráfico de prostitutas é uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU) e o ministro José Gregori comprometeu-se a atendê-la.

A pesquisa será coordenada nacionalmente pela organização não-governamental Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), de Brasília. Em Goiás, o levantamento será feito pelo Fórum Goiano pelo Fim da Violência Sexual Infanto-Juvenil, coordenado pelo Movimento de Meninos e Meninas de Rua.

"Saber por que nessas cidades as redes conseguem maior êxito é fundamental para ações preventivas e até no campo policial", salienta o coordenador do fórum, Joseleno Santos. Ele explica que o estudo vai durar um ano e que os recursos para os primeiros três meses já foram anunciados. O fórum também já montou uma equipe técnica para fazer a sondagem.

Motivos

A intenção é apurar os motivos que mais levam as mulheres ao aliciamento, sejam econômicos, tais como a má distribuição de renda, culturais ou influenciados por outros fatores. Com isso, o fórum quer chegar à conclusão sobre a razão de Goiás, que está entre os dez Estados mais ricos do Brasil, ser o que mais exporta mulheres para a chamada nova escravidão branca.

Os detalhes do trabalho de combate ao tráfico de mulheres devem ser ratificados dia 8, durante um encontro internacional em Palermo (Itália), para a criação de mecanismos de controle. O controle é impossível sem a participação de países da Europa, onde a prostituição não é proibida, mas alimentada pelas redes transnacionais que também traficam drogas e armas, e escravizam as mulheres aliciadas em diversas partes do mundo. Ele fica inviável sem que haja, por exemplo, a boa vontade desses países em fiscalizar rigorosamente os portos, aeroportos e as fronteiras secas por onde entram os imigrantes.

O POPULAR
30/11/00

Ameaças dificultam cerco a traficantes de mulheres – Ed. n° 4 – 01/12/2000

Ameaças dificultam cerco a traficantes de mulheres

MARÍLIA ASSUNÇÃO

01 DEZ 2000

O Popular

As ameaças à vida das mulheres que embarcam para a prostituição na Europa e aos familiares delas no Brasil têm inibido as denúncias e dificultado as investigações das redes internacionais de traficantes. A denúncia é da coordenadora do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), Jaqueline Leite. Durante cinco anos ela trabalhou com brasileiras que buscavam ajuda no Centro de Informação para Mulheres da África, Ásia e América Latina (FIZ), em Zurique, na Suíça.

Nas viagens que faz à Europa, duas vezes por ano, Jaqueline mantém o hábito de contatar outras organizações não-governamentais e conversar com prostitutas para coletar informações para o Chame. "Muitos têm mostrado surpresa com o grande número de goianas indo para a prostituição na Europa", observou Jaqueline. A coordenadora salientou que as ameaças e o cárcere privado são o principal instrumento de controle das prostitutas e das mulheres que se submeteram a casamentos arranjados.

Ela explicou que o Chame se instalou em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia, porque no final da década de 80 o maior número de mulheres que migravam para a Europa – para trabalhar como domésticas e em outras atividades, para casamentos encomendados ou para se prostituírem – era do Nordeste, especialmente da Bahia e de Pernambuco.

"Hoje as coisas estão muito diferentes e nos intriga saber porque Goiás entrou na rota de forma tão intensa", afirmou. Para ela existe algo mais que o interesse pela beleza das mulheres goianas, assim como a fuga do desnível econômico de Goiás, a estimular a ação das redes de aliciadores no Estado e incentivar a migração das mulheres daqui. Esses dois argumentos têm sido freqüentemente citados para tentar explicar o fenômeno.

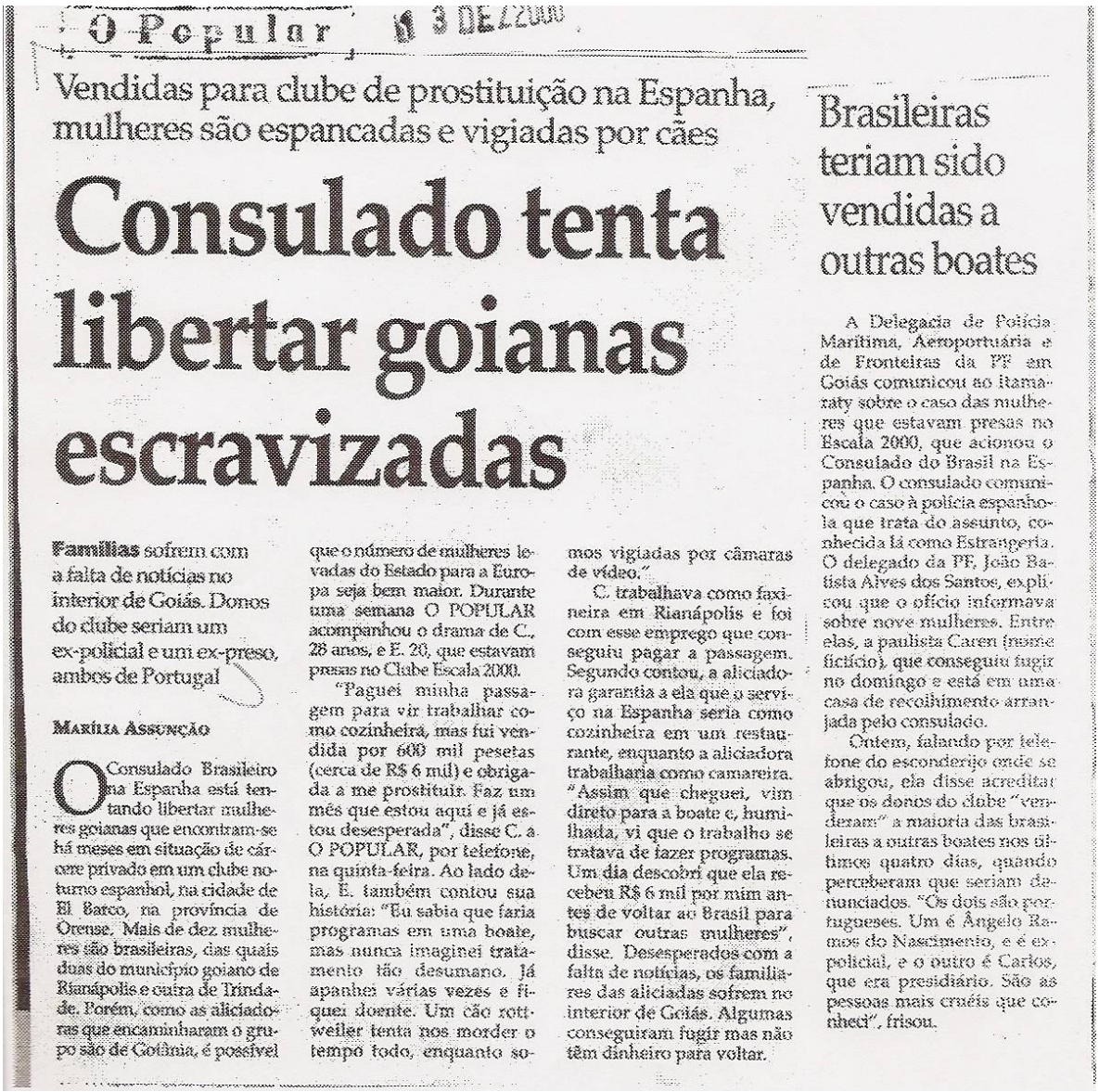
Jaqueline disse que a disposição dos governos brasileiro e de alguns países da Europa em pesquisar a questão do tráfico internacional de mulheres é positiva, mas tem um lado preocupante. O receio dela é de que tais informações sejam usadas para conter também a migração ilegal de mão de obra para a Europa. "Quem ganha com dinheiro com a migração ilegal é traficante, mas quem entra ilegalmente por conta própria para trabalhar, estudar ou morar não pode ser confundido como alguém envolvido pelas redes de traficantes nem reprimido", alerta Jaqueline.

Flagrante

O delegado da Polícia Federal (PF) João Batista Alves dos Santos, que comanda a Divisão de Polícia Marítima, Aeroportuária e Fronteiras, salientou ontem que a intenção dos países que assinaram o protocolo nesta semana para combater o tráfico internacional de mulheres é boa, mas ele também apontou outras necessidades. "Endurecer o controle nesses países é importante, mas é preciso também aparelhar, instrumentalizar e aumentar o efetivo da PF", destacou.

Assim como Jaqueline, ele destaca que a falta de denúncias por parte das mulheres e dos seus familiares é um entrave no combate ao tráfico. "Quando pelo menos a família denuncia, temos um caminho a seguir e contamos com a ajuda do consulado e da polícia estrangeira", disse.

Consulado tenta libertar goianas escravizadas – Ed. n° 5 – 13/12/2000



O Popular 13 DEZ 2000

Vendidas para clube de prostituição na Espanha, mulheres são espancadas e vigiadas por cães

Consulado tenta libertar goianas escravizadas

Famílias sofrem com a falta de notícias no interior de Goiás. Donos do clube seriam um ex-policial e um ex-preso, ambos de Portugal

MARÍLIA ASSUNÇÃO

O Consulado Brasileiro na Espanha está tentando libertar mulheres goianas que encontram-se há meses em situação de cárcere privado em um clube noturno espanhol, na cidade de El Barco, na província de Orense. Mais de dez mulheres são brasileiras, das quais duas do município goiano de Rianápolis e outra de Trindade. Porém, como as aliciadoras que encaminharam o grupo são de Goiânia, é possível que o número de mulheres levadas do Estado para a Europa seja bem maior. Durante uma semana O POPULAR acompanhou o drama de C., 28 anos, e E. 20, que estavam presas no Clube Escala 2000.

"Paguei minha passagem para vir trabalhar como cozinheira, mas fui vendida por 600 mil pesetas (cerca de R$ 6 mil) e obrigada a me prostituir. Faz um mês que estou aqui e já estou desesperada", disse C. a O POPULAR, por telefone, na quinta-feira. Ao lado dela, E. também contou sua história: "Eu sabia que faria programas em uma boate, mas nunca imaginei tratamento tão desumano. Já apanhei várias vezes e fiquei doente. Um cão rottweiler tenta nos morder o tempo todo, enquanto somos vigiadas por câmaras de vídeo."

C. trabalhava como faxineira em Rianápolis e foi com esse emprego que conseguiu pagar a passagem. Segundo contou, a aliciadora garantia a ela que o serviço na Espanha seria como cozinheira em um restaurante, enquanto a aliciadora trabalharia como camareira. "Assim que cheguei, vim direto para a boate e, humilhada, vi que o trabalho se tratava de fazer programas. Um dia descobri que ela recebeu R$ 6 mil por mim antes de voltar ao Brasil para buscar outras mulheres", disse. Desesperados com a falta de notícias, os familiares das aliciadas sofrem no interior de Goiás. Algumas conseguiram fugir mas não têm dinheiro para voltar.

Brasileiras teriam sido vendidas a outras boates

A Delegacia de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da PF em Goiás comunicou ao Itamaraty sobre o caso das mulheres que estavam presas no Escala 2000, que acionou o Consulado do Brasil na Espanha. O consulado comunicou o caso à polícia espanhola que trata do assunto, conhecida lá como Estrangeria. O delegado da PF, João Batista Alves dos Santos, explicou que o ofício informava sobre nove mulheres. Entre elas, a paulista Caren (nome fictício), que conseguiu fugir no domingo e está em uma casa de recolhimento arranjada pelo consulado.

Ontem, falando por telefone do esconderijo onde se abrigou, ela disse acreditar que os donos do clube "venderam" a maioria das brasileiras a outras boates nos últimos quatro dias, quando perceberam que seriam denunciados. "Os dois são portugueses. Um é Ângelo Ramos do Nascimento, e é ex-policial, e o outro é Carlos, que era presidiário. São as pessoas mais cruéis que conheci", frisou.

Aliciadas caem no golpe da babá – Ed. n° 6 – 14/12/2000

Goiana viajou para Espanha na expectativa de cuidar de crianças e viveu pesadelo até conseguir fugir

Aliciadas caem no golpe da babá

14 DEZ 2000

Vítima se surpreendeu ao conhecer o "serviço" que teria de fazer em clube de prostituição, do qual conseguiu fugir com ajuda de uma amiga

MARÍLIA ASSUNÇÃO

A máfia de traficantes de mulheres para a prostituição na Espanha não pára de fazer vítimas. Uma das aliciadoras, de uma cidade vizinha a Goiânia, mantém bem abastecida a rota de escravas do sexo. Algumas de suas vítimas são vizinhas na mesma rua. Uma delas, Mônica (nome fictício), leu a reportagem de ontem de O POPULAR e decidiu denunciar o chamado golpe da babá, em que a mulher embarca com emprego acertado e acaba em um clube de prostitutas. Mônica chegou à Espanha na noite de uma terça-feira, em março, achando que seria babá da irmã da aliciadora, que ela acreditava ser garçonete em Castellon, mas foi levada direto para um clube, do qual fugiu na mesma noite.

Apesar de ter caído no golpe do emprego, no qual até os pais acreditaram, Mônica, uma estudante de curso técnico, 23 anos, teve a seu favor a astúcia e a coragem. Ela conta que a aliciadora a conheceu em um bar dessa cidade, cujo nome também não será divulgado porque Mônica ainda se sente ameaçada. A oferta era para trabalhar como babá dos sobrinhos dela. Mônica chegou a assistir fitas de vídeo em que a mulher aparecia passeando com familiares na Espanha.

"Eu precisava de dinheiro, mas só toparia se fosse um trabalho digno, o que eu deixei claro desde o início, por isso, ela passou a freqüentar nossa casa e convenceu minha mãe", conta. A aliciadora ajudou Mônica a tirar o passaporte na Polícia Federal, recebeu da Espanha uma passagem aérea e mil dólares (cerca de R$ 2 mil), que seriam pagos com o salário da futura babá, e providenciou para que a garota viajasse para Milão, na Itália e, de lá, seguisse até Valência, na Espanha.

Ao chegar no aeroporto de Valência, um senhor de cerca de 65 anos, bem vestido, identificado por José Lopes Branha, ou *Pepe*, como é chamado no clube, se dirigiu gentilmente até ela, como se conhecesse a jovem. "Eu não estranhei, porque ele seria o sogro da irmã dela e deveria ter minha descrição", disse. Em um veículo BMW, cor preta, ele a levou até a cidade de Castellon, a 60 quilômetros de Valência. "Me lembro que o clube fica na Rua 8, sem número, em um galpão que não tem fachada nem luminoso", afirmou.

Fome

Eram por volta de 23 horas quando o portão de ferro da entrada do clube foi aberto por um segurança e o carro estacionou no pátio interno. Mônica sentia muita fome, frio e sono. "Estava atordoada pelo fuso horário, mas percebi que tinha entrado em uma sala de escritório com várias telas de televisão e uma porta igual a essas de cofre de banco", salientou. Ela relatou que pediu água e disse que estava com fome. Pepe chamou três brasileiras para serem as cicerones de Mônica. "Ele mandou mostrar o local e ensinar o "serviço" para mim."

E foi assim que a realidade surgiu, surpreendentemente, aos olhos de Mônica: "Duas mulheres estavam só de sutiã e calcinha e a outra com uma minissaia muito curta." Segundo Mônica, ela tentou disfarçar a surpresa ao máximo, "afirmando, para mim mesma, com muito sangue frio, que sairia de lá na primeira oportunidade."

O Popular
14 DEZ 2000

Acusado de escravizar goianas em clube é preso – Ed. n° 7 – 19/12/2000

O Popular 19 DEZ 2000 CIDADES

Mulheres traficadas para a Espanha denunciaram maus-tratos

Acusado de escravizar goianas em clube é preso

Carlos Felipe foi detido pela Guarda Civil da Espanha, mas libertado após prestar depoimento. Justiça quer evitar sua fuga para Portugal

MARÍLIA ASSUNÇÃO

O cafetão português Carlos Felipe A. S., 39 anos, foi preso no clube Escala 2000 de Vila Martin, na cidade espanhola de El Barco, acusado de maus-tratos às brasileiras C., de Rianápolis, e Caren (nome fictício), de São Paulo. Caren fugiu e C. foi libertada pela polícia espanhola na semana passada, conforme mostrou O POPULAR na edição de domingo.

Carlos foi detido na quinta-feira. Segundo o jornal espanhol *La Voz de Galicia*, ele foi colocado em liberdade após prestar depoimento, mas ficou obrigado a se apresentar semanalmente a um juiz local "para evitar uma fuga para Portugal", informou o periódico. O jornal apurou que o Escala 2000 não possui licença de abertura e "funciona sem permissão, que tampouco foi exigida pelas autoridades municipais de Vila Martin, embora a situação tivesse sido denunciada várias vezes, segundo fontes."

Há um ano o clube chamava Tropicana Music Hall, mas foi vendido, reformado e reaberto sem a devida regularização pelo governo espanhol, conforme o jornal. No local não havia nem letreiro na fachada. Em algumas províncias da Espanha, mostrou uma reportagem de O POPULAR publicada em agosto, são poucos os clubes urbanos que funcionam de forma regular. A maioria fica disfarçada de cafés e boates, enquanto os prostíbulos de beira de estrada assumem melhor o que realmente são, mas nem por isso tratam as prostitutas de forma menos desumana.

De acordo com o *La Voz de Galicia*, a detenção de Carlos foi feita pela Guarda Civil, através da Polícia Judicial da província, mas Carlos negou as acusações. As brasileiras acusaram o cafetão de tê-las mantido em cárcere privado e estabelecido punições que aumentavam diariamente a dívida delas para com o clube.

A O POPULAR, quando elas ainda estavam no clube, as duas relataram, por telefone, há poucos dias, que os maus-tratos eram inclusive físicos. C. contou à reportagem e aos familiares em Rianápolis que chegou a ser espancada por Carlos. Elas também contaram que um cão rottweiler era uma ameaça constante. A saída delas desencadeou a fuga de outras goianas que estavam no prostíbulo.

O consulado do Brasil na Espanha foi quem repassou as denúncias à Estranjeria. Conforme C. e Caren, cerca de 40 mulheres trabalhavam no clube, sendo que em algumas noites mais de 15 brasileiras eram vistas por lá. C. contou que foi vendida a Carlos apesar de ter pago a passagem aérea do próprio bolso com dinheiro que arranjou trabalhando como faxineira em Rianápolis.

Jornal cita prostíbulo como o pior

As informações sobre a situação das mulheres no clube já haviam sido encaminhadas ao consulado por O POPULAR e pelo delegado de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da Polícia Federal, João Batista Alves dos Santos. Nos últimos dias o delegado tem recebido várias denúncias de parentes e amigos de mulheres aliciadas pelas redes internacionais de prostituição.

O periódico espanhol citou fontes ligadas aos clubes e às prostitutas, que descreveram a situação no Escala 2000 como a pior de todos os prostíbulos da região. O preço do aluguel do quarto, 5 mil pesetas (50 reais) por dia, por exemplo, foi considerado muito acima do que os outros clubes cobram das mulheres. Confirmando o que declararam C. e Caren, o jornal informou que, "para evitar que escapassem sem pagar as dívidas, algumas teriam sido proibidas de sair do clube."

Ainda segundo o *La Voz de Galicia*, as mulheres reclamaram que Carlos ficava com todo o dinheiro apurado por elas e pelo consumo de bebidas, enquanto a regra na maioria dos prostíbulos espanhóis é de que elas lucrem com uma parte da movimentação. O jornal destacou que Carlos cobrava das prostitutas dentro do clube os gêneros de primeira necessidade, sabão, absorventes higiênicos e até a água para beber. "Assim, elas tinham grandes dificuldades para saldar a dívida e ficavam obrigadas a permanecer no local", informou. Ontem, Márcia, outra brasileira que trabalhou no Escala 2000 e que fugiu de lá há cerca de dois meses, informou por telefone que o clube está praticamente fechado. Segundo ela e Caren, a fuga de várias mulheres e a prisão do dono desestimularam os clientes de freqüentar o prostíbulo.

Quadro 1 – categorização: revista IstoÉ

Veículo	Data	Edição	Tema	Origem da Pauta
IstoÉ[4]	15/01/2003	1° (capa)	Máfia dos Fiscais	Dossiê, Ministério Público (MP) e Polícia Federal (PF)
IstoÉ	05/02/2003	2° edição (capa)	Máfia dos Fiscais	Não-continuidade dos órgãos públicos nas investigações

Objetivo	Interesse Público	Estilo	Métodos de Apuração	Conflitos Éticos
Denunciar esquema de um grupo de dirigentes e funcionários públicos especializado em extorquir empresas devedoras do Fisco	Sim. Apresenta como alguns funcionários desviavam dinheiro do Estado do Rio de Janeiro para uso próprio	Apresentação dos fatos de forma mais livre, cadenciando com outros fatos - Revista	Analisou dossiê produzido pela Procuradoria-Geral da Suíça, traduzido para o Português; entrevista com empresários locais, funcionários públicos, Polícia Federal e Ministério Público	Não. Os fatos apresentados são comprovados pela Polícia Federal e o Ministério Público, além de terem sido revelados por meio de um dossiê produzido pela Procuradoria-Geral Suíça
Procuradoria e PF têm dificuldades para descobrir como o dinheiro extorquido saiu ilegalmente do país – reportagem adianta aos órgãos públicos e aponta os caminhos utilizados pela quadrilha	Sim. Destaca descaso de órgãos públicos para darem segmento as investigações sobre o crime	Apresentação dos fatos de forma mais livre, cadenciando com outros fatos - Revista	Investigou nas dependências do MP e PF, descobriu laudo conclusivo com mais de 35 mil documentos recolhidos pela perícia técnica da PF que apresenta todo o esquema utilizado pela quadrilha	Não. Os fatos apresentados foram apurados nas dependências do MP e PF, produzidos e comprovados pela perícia técnica da PF.

[4] Houve ameaças de morte ao repórter. "Telefonema de uma pessoa que, se dizendo parente de um dos fiscais investigados, avisou que o repórter Amaury Ribeiro Jr. estava com seus dias contados."

Quadro 2 – categorização: jornal O Popular

Veículo	**Data**	**Edição**	**Tema**	**Origem da Pauta/Fontes**
O Popular	30/11/2000	1°	Aliciamento e Tráfico de Mulheres Goianas	Seminário sobre Tráfico de Seres Humanos irá produzir uma pesquisa no Estado
O Popular	01/12/2000	2°	Aliciamento e Tráfico de Mulheres Goianas	Dificuldades para as investigações das redes internacionais de tráfico de mulheres terem continuidade
O Popular	13/12/2000	3°	Aliciamento e Tráfico de Mulheres Goianas	Mulheres presas no clube, Delegacia de Polícia Marítima, Aeroportuária e de Fronteiras da PF em Goiás; Consulado Brasileiro
O Popular	14/12/2000	4°	Aliciamento e Tráfico de Mulheres Goianas	Apresentar os métodos utilizados pelos aliciadores para angariar as mulheres / vítima procurou o jornal para fazer a denúncia
O Popular	19/12/2000	5°	Aliciamento e Tráfico de Mulheres Goianas	Acusado de aliciar mulheres é preso / jornal espanhol faz a denúncia

Objetivo	Interesse Público	Estilo	Métodos de Apuração	Conflitos Éticos
Apresentar o Fórum e os objetivos do Estudo, além de situar o leitor sobre a situação do Estado em relação ao tema	Sim. Como jornal local, destaca ao leitor Goiás como um dos principais exportadores de mulheres, além de situar a futura pesquisa a ser realizada no Estado por uma ONG	Texto objetivo, com detalhes que poderiam ser aprofundados – Jornal diário	Repercutiu reportagens sobre o tema, analisou dossiê produzido pela Câmara Federal e discussões do Fórum; entrevistou representantes da Polícia Federal	Não. São abordados apenas dados disponibilizados por dossiê e informações da Polícia Federal
Coordenadora do Centro Humanitário de Apoio à Mulher (Chame), Jacqueline Leite aponta dificuldades para dar segmento as investigações da rede internacional de tráfico e aliciamento de mulheres devido a ameaças	Sim. Apresenta como a rede é implantada no Estado e aponta como as investigações estão sendo impedidas por meio de ameaças	Texto objetivo, com detalhes que poderiam ser aprofundados – Jornal diário	Repercutiu denúncia de coordenadora da ONG e entrevistou delegado da Polícia Federal	Não. Dados fornecidos pela PF e coordenadora do Chame
Denunciar situação de maus tratos sofrida pelas mulheres aliciadas, além de apontar dificuldades nas investigações; e	Sim. Apresentar o caso de duas mulheres aliciadas e mostrar como os países envolvidos têm trabalhado para	Texto objetivo, com detalhes que poderiam ser aprofundados – Jornal diário	A repórter acompanhou, durante uma semana, por telefone, duas mulheres aliciadas e conversou com representantes	Não. As fontes pediram sigilo de identificação, que foi mantido pela repórter

aponta as ações do Consulado Brasileiro, que tenta libertar mulheres goianas que se encontram em cárcere privado	ajudar a resolver o problema		da PF para descobrir a situação das investigações	
Explicitar os golpes utilizados pelos aliciadores por meio de uma vítima que resolveu fazer a denúncia do jornal	Sim. Evitar que outras mulheres sejam vítimas	Texto objetivo, com detalhes que poderiam ser mais aprofundados – Jornal diário	Vítima procurou o jornal para denunciar o caso, em decorrência das reportagens anteriores relacionadas ao tema	Não. A vítima pediu sigilo de sua identidade e algumas informações, que foi mantido pela repórter
Apresenta um dos acusados, que foi liberado após prestar depoimento, além de explicitar todo o esquema e a condição em que eram mantidas as mulheres	Sim. Apresentar um dos acusados de participar da rede de aliciadores de mulheres goianas e a situação em que elas eram mantidas	Texto objetivo, com detalhes que poderiam ser aprofundados – Jornal diário	Apuração de um periódico espanhol (La Voz de Galícia), além de fontes da Polícia Federal	Sim. Dados retirados de outro jornal, confirmados pela PF

Entrevista com Amaury Ribeiro Jr

OBJETO: revista semanal *ISTOÉ*

• PAUTA

- Como surgiu a pauta?
- **Amaury**: Nós da revista IstoÉ já suspeitávamos de um esquema de lavagem de dinheiro no Rio de Janeiro. Quando tivemos conhecimento de um dossiê produzido pela Procuradoria-Geral Suíça, nós confirmamos nossas suspeitas e começamos a aprofundar nas investigações. Então fui para o Rio de Janeiro, onde fiquei com uma equipe de repórteres durante um mês para a apuração dos fatos e acompanhamento do trabalho da Polícia Federal e Ministério Público neste sentido, mas estávamos adiantados a estas entidades e nossas reportagens foram reveladoras, como todos puderam perceber na época.

- Houve alguma influência do repórter para a apuração da pauta?
- **Amaury**: Sim, totalmente. O fato de o escândalo ter sido encabeçado por um servidor público e, não um político, decepcionou o pessoal da revista. Mas eu apostei na matéria e convenci meus editores que tratava-se de um assunto muito importante e que deveríamos apurar e publicar aquelas notícias, que acabaram estourando na imprensa nacional e internacional.

• INTERESSE PÚBLICO

- O assunto abordado foi considerado importante para a sociedade? Por quê?
- **Amaury**: Aquela série de reportagens não foi apenas importante, mas fundamental para a sociedade como um todo; tanto é que recebi inúmeros prêmios, e um deles foi o 5º Prêmio Imprensa Embratel. Esta série apresentou a sociedade o que então ficaria conhecido como um dos maiores casos de lavagem de dinheiro da América Latina e até do mundo. Além

disso, esta série de reportagens cadenciaram a aparição de outros escândalos nacionais, como o caso do Banestado, que meses antes eu também consegui apresentar ao público em primeira mão.

- A publicação da notícia trouxe algum resultado concreto para a população?
- **Amaury**: Claro. Além de todos estes fatos que eu citei, como o cadenciamento de vários outros escândalos, o assunto ganhou importância até no exterior. Fui convidado por uma entidade norte-americana, a CIA - Central Intelligence Agency (em português, Agência Central de Inteligência) -, para ajudá-los a investigar as ramificações deste esquema nos Estados Unidos. Fiquei lá durante um mês, o que originou outras matérias e novas descobertas. Hoje sou convidado para dar palestras, aulas, oficinas... foi um caso que entrou para a história e que me marcou muito.

• VEÍCULO

- O fato de a notícia ter sido abordada em um veículo de edição diária interferiu de alguma forma durante a apuração?
- **Amaury**: De forma alguma. Os editores me deram total liberdade, mas é claro que eu também tive que cumprir o prazo, pois o pessoal envolvido no esquema já estava começando a descobrir que a IstoÉ i dar a matéria, além da concorrência. E também, a revista tem que sair de qualquer jeito. Eu fiquei 40 dias no Rio de Janeiro apurando todas as informações e esmiuçando tudo o que pude. No final, conseguimos produzir uma série fantástica e que me trouxe uma experiência incontestável, além de mostrar para a sociedade o que estava acontecendo por baixo dos panos.

- A empresa impõe limites de reportagens investigativas?
- **Amaury**: Não, mas é claro que temos que analisar a viabilidade de cada pauta. É uma questão de bom-senso. Por outro lado, qualquer veículo deve considerar uma reportagem investigativa como um investimento, pois é uma forma mais interessante de atrair o leitor e dá maior credibilidade ao público.

- Quais as condições oferecidas pela empresa para a realização da pauta quanto aos seguintes itens:

- tempo

- **Amaury**: Neste aspecto não tive problema algum com a empresa. Eu tive que acelerar o fechamento da matéria devido ao vazamento de informações. Os envolvidos no esquema já tinham conhecimento que iríamos publicar a reportagem; tanto é que recebi uma ameaça de morte antes mesmo da primeira publicação do esquema. Além disso a concorrência estava ciente que estávamos investigando, por isso eles também já estavam atentos. Então o maior problema foram os fatores externos; com relação a *IstoÉ*, não tive o que reclamar. Ah, e um outro fato curioso é que o até então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, tomou conhecimento do que estávamos a publicar e demitiu alguns dos envolvidos no esquema antes mesmo de sair a primeira reportagem.

- apoio social/psicológico

- **Amaury**: Não foi necessário. Mas caso precisasse de algo, penso que a IstoÉ não me negaria nada, pois eu estava recebendo todas as condições possíveis para dar segmento com as notícias.

- segurança (no caso da ameaça de morte)

- **Amaury**: Eu não dei importância alguma a ameaça de morte. Até porque nem fui eu quem recebeu o aviso. Um sujeito ligou para a sucursal de Brasília e disse que "o repórter Amaury Ribeiro Júnior estava com seus dias contados". Não registrei boletim de ocorrência, a minha única medida foi citar o fato no final da reportagem. A IstoÉ me resguardaria com certeza caso o caso fosse mais grave, mas não demos muita importância pois sabíamos a origem do telefonema e o assunto começou a ser abordado por toda a imprensa. Logo se ele fosse fazer algo comigo, teria que fazer com todos os jornalistas do país, o que é pouco provável.

• CUSTOS

- O veículo deixou de realizar alguma apuração por falta de recursos?
- **Amaury**: Não, de forma alguma. Realizei a apuração de todas as informações durante 40 dias no Rio de Janeiro. Durante este período, a IstoÉ financiou todas as minhas despesas. É claro que a única coisa que eu deveria fazer é prestar contas, mas fiz tudo de forma correta e no final deu tudo certo.

- O repórter teve algum gasto pessoal proveniente da apuração da pauta?
- **Amaury**: Não. A revista financiou tudo.

- A empresa impõe limite de recursos financeiros e de tempo para a realização de uma reportagem investigativa?
- **Amaury**: Neste caso, não. Mas penso que isto é uma questão de bom-senso. É claro que não iríamos fazer algo exorbitante; trabalhamos conforme nossa necessidade e todas as despesas foram pagas pela revista.

- O custo de uma reportagem de cunho investigativo é determinante para a empresa acatar ou não uma pauta?
- **Amaury**: Claro. Atualmente é notável o enxugamento nas redações de jornais e revistas por todo o país. As empresas controlam ao máximo os gastos de recursos, até porque não têm reservas suficientes para esbanjarem, mal podem fazer mais contratações.

• MÉTODOS DE APURAÇÃO

- As informações foram apuradas pelo repórter ou foram resultados do trabalho desenvolvido por terceiros (por exemplo: a polícia)?
- **Amaury**: Como já havia dito anteriormente, estávamos desconfiados de um possível esquema de corrupção. Quando tivemos o conhecimento do dossiê, confirmamos nossas

hipóteses e viajei para o Rio de Janeiro, onde fiquei por 40 dias levantando informações sobre o caso.

- Como se deu o fluxo de fontes oficiais e não-oficiais?
- **Amaury**: É claro que as fontes oficiais foram importantes. No entanto, nossas fontes extra-oficiais foram imprescindíveis. Conversamos com pessoas que estavam envolvidas no caso. É claro que muita coisa ficou em "off", mas muita coisa deu para aproveitar. Nós analisamos os documentos e conseguimos conversar com essas pessoas. Sendo assim, conseguimos desenvolver a nossa investigação de forma tão rápida e eficiente que estávamos um passo à frente da Polícia Federal e do Ministério Público; em certos casos até citamos em nossas matérias onde essas entidades estavam errando.

- As partes investigadas tentaram de alguma forma ocultar as informações publicadas?
- **Amaury**: Claro, por isso recebi a ameaça de morte. Além disso, os envolvidos relutavam em dar entrevistas, mas como eu tinha muito material em mãos, expliquei o que estava acontecendo, e então alguns resolveram ceder entrevista como uma forma de defender das "acusações".

• ÉTICA

- Houve algum tipo de escuta ou de captação de imagens sem que a parte investigada tivesse conhecimento ou permitido?
- **Amaury**: Utilizamos apenas a captação de imagens sem que os envolvidos no escândalo soubessem, pois precisávamos de fotos para publicar na revista. Na minha opinião apenas o grampo no telefone é ilegal. Caso tivesse utilizado gravador escondido, enquanto conversava com um dos suspeitos de participar do esquema, ou mesmo gravado as minhas conversas telefônicas com eles, eu não ficaria com peso de consciência; não penso que isto seja ilegal, pois todos têm o direito de gravar sua própria conversa e isso também serve como resguardo caso futuramente questionem a veracidade da notícia publicada.

- A empresa (IstoÉ) emitiu alguma opinião nesse sentido?

- **Amaury**: A IstoÉ nos deixou livres para trabalhar e entendia que era necessário reunir um material completo de informações para dar mais credibilidade ao texto e a própria revista. Não tive nenhum empecilho neste sentido.

Entrevista com repórter Marília Assunção

OBJETO: jornal diário *O POPULAR*

• PAUTA

- Como surgiu a pauta?

- Marília: Houve uma história de uma garota do Paraná, que tinha se machucado muito em uma tentativa de fuga na Espanha. E então o caso foi explorado na mídia nacional e uma pessoa daqui de Goiás deu uma informação sobre uma jovem que tinha ido para a Europa nas mesmas circunstâncias, e que talvez até tenha conhecido essa garota do Estado de Paraná. Então nós trabalhamos a matéria junto com ela em uma equipe de televisão da TV Anhanguera e fizemos uma entrevista com a moça; e acabou que nos impressionou muito, pois se tratava de uma estudante do curso de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, era uma moça de classe médio-alta e que morava próximo do campo do Goiás, aqui na Serrinha. Era uma moça casada, que já tinha um filho. E tais informações nos deu a condição de fazer um perfil - apesar de ser de uma pessoa só -, que deixava no ar um alarme: uma moça que tinha acesso a informação, mais do que uma moça pobre, está sendo conduzida a estes esquemas, como será que a situação se encontra entre as pessoas mais simples? Então ficou aquele *start*, na época ainda não tínhamos subsídios para aprofundarmos no assunto, até porque a situação daquela moça era de quem viveu aquilo tudo; era uma jovem que fazia até 17 programas por noite, ela adoeceu, teve pneumonia e então foi deportada. Quando ela adoeceu e não conseguiu mais trabalhar, eles a jogaram na rua da amargura e ela voltou para o Brasil.

- Houve alguma influência do repórter para a apuração da pauta?

- Marília: Foi imprescindível a influência do repórter para a apuração e a continuação das reportagens. O feeling mandava. Tanto é que na época autorizamos as moças ligarem à cobrar para a redação, para podermos colher os depoimentos. Nós temos que ouvir as

histórias, mas elas não têm dinheiro, por isso seguimos neste caminho. E isso permitiu descobrir coisas fantásticas, como as moças, mesmo presas nas casas, conseguiam ligar para o jornal apesar do telefone ser bloqueado. Pois podiam ligar à cobrar para nós, e esta atitude do jornal foi muito importante, pois as moças não tinham dinheiro. Coitadas, nem ao menos recebiam pelo serviço...

• INTERESSE PÚBLICO

- O assunto abordado foi considerado importante para a sociedade? Por quê?

- Marília: O assunto foi considerado importante para a sociedade, pois foi tratado sobretudo como um drama. A sociedade fica muito atenta aos dramas. E a segunda questão foi o fato de ser um problema até então desapercebido. As pessoas não tinham conhecimento da conhecimento daqueles fatos. E à medida que nós mostrávamos que o número de mulheres era alto, as pessoas iam se assustando cada vez mais. Então, penso que o jornal teve um papel fundamental nacionalmente. Nós percebemos que o número de mulheres goianas eram muito maior que o de mulheres oriundas de outros Estados. E ficava aquela questão. O que leva as mulheres a essa situação? Nós não somos o Estado mais pobre do Brasil, não temos os piores índices de desenvolvimento humano, não temos os piores índices de analfabetismo. E essa resposta estamos procurando até hoje... Hoje eu percebo que diminuiu muito o número de denúncias. E isto pode ser por diversos fatores. Primeiro por que diminui o número de idas.

- A publicação da notícia trouxe algum resultado concreto para a população?

- Marília: Depois dessa série toda que fizemos, fizeram protocolos internacionais, veio gente da Suíça para conhecer o Estado, fazer um estudo aqui, pois eles perceberam que havia alguma coisa aqui. A publicação desta série trouxe grandes resultados, como este protocolo internacional, chancelado na Itália, com o objetivo de combater o tráfico humano. Seja para fins sexuais ou para qualquer outra atividade. Então os países reuniram para tomar uma série de atitude e levaram o governo federal a tomar iniciativa
Eu posso assegurar, esta série de reportagens desencadearam matérias em outros veículos e fizeram o governo federal a tomar atitude, tomar medidas, estudar, criar um grupo para estudar a situação e fazer uma pesquisa formal sobre isso. A polícia Federal criou um 0800 para isto. As pessoas passaram a denunciar com mais propriedade e entenderam que o problema era de todos.

• VEÍCULO

- O fato de a notícia ter sido abordada em um veículo de edição diária interferiu de alguma forma durante a apuração?

- Marília: Não. Houve situações que precisamos adiantar a publicação da notícia, até por causa da concorrência ou mesmo pela importância do assunto. Mas nós sempre puxávamos o gancho no dia seguinte e completávamos com novas informações. Pois uma página de jornal também é muita coisa, por mais que seis páginas de revista representem muito. Mas eu penso o seguinte. Pode acontecer de um repórter de uma revista estar apurando uma matérias há dias e de repente o repórter do jornal, com experiência e conhecimento no possível assunto, "furar" a revista. Então depende.

- A empresa impõe limites de reportagens investigativas?

- Marília: Não. O único limite era quanto ao risco. Antes de ir à Espanha, eu tive uma conversa com meu editor-geral me passou todas as instruções. Pediu que eu não me expusesse a nenhum tipo de risco. E até tive um pequeno desentendimento com a equipe de TV que viajou comigo, pois eles acharam que o material deles não estava tão rico – em contrapartida eu já estava muito satisfeita com o que eu havia apurado -, e eles queriam se aventurar numa história de uma mulher envolvida com drogas. Eu recusei e eles disseram que eu não estava sendo profissional, que eu deveria ir até às últimas. E eu disse que não iria até às últimas, já que minha ordem era de não me expor, pois eu preferi estar viva para escrever a matéria. Então foi uma situação meio chata, que trincou nossa relação, mas superamos tudo depois. Mas estes limites estão sempre sendo testados por todos nós, é uma característica da profissão.

- Quais as condições oferecidas pela empresa para a realização da pauta quanto aos seguintes itens:

- tempo

- apoio social/psicológico e segurança (em caso de ameaça de morte)

- Marília: Para mim não foi necessário. Neste caso não foi necessário registrar nenhuma ocorrência. Eles fizeram algumas ameaças, mas nunca me senti perseguida, talvez no

máximo com o telefone grampeado, mas continuei com as reportagens e deixei meus superiores cientes. Em outras ocasiões lavrei um boletim de ocorrência, mas era uma situação totalmente diferente.

• CUSTOS

- O veículo deixou de realizar alguma apuração por falta de recursos?

- Marília: Não. O Popular ofereceu todo o suporte necessário para realizar a apuração. Custeou toda a viagem, ligações, hospedagem, alimentação, etc. E quando o repórter é esperto, ele consegue convencer o jornal que a história é boa, e assim a empresa cede mais facilmente. É claro que precisei declarar todos os gastos.

- O repórter teve algum gasto pessoal proveniente da apuração da pauta?

- Marília: Não... respondido acima.

- A empresa impõe limite de recursos financeiros e de tempo para a realização de uma reportagem investigativa?

- Marília: Não, nunca aconteceu. Mas a empresa deve pensar da seguinte forma: se você não estiver fazendo e o concorrente está, então a empresa está perdendo. Penso que deu mais incentivo do que limites.

- O custo de uma reportagem de cunho investigativo é determinante para a empresa acatar ou não uma pauta?

- Marília: O custo de uma reportagem é relevante, mas não é determinante; depende do caso. O repórter de saber vender sua matéria aos editores. Neste caso a empresa arcou com todos os gastos.

• MÉTODOS DE APURAÇÃO

- As informações foram apuradas pelo repórter ou foram resultados do trabalho desenvolvido por terceiros (por exemplo: a polícia)?

- **Marília**: As informações foram apuradas por mim. Este caso é muito interessante, não foram as instituições (PF, MP, etc.) que perceberam o que estava acontecendo, foi o jornal. E só então eles foram investigar os fatos. E isto foi muito bacana neste aspecto, pois envolve detalhes específicos no desenrolar da história. Este caso tratou de uma coisa que as pessoas sentem vergonha, e por isso não gostam de falar. Era uma coisa que não eram bem-vindas às instituições para se denunciar, por isso as informações chegaram primeiramente para nós. E outro fato, ainda faltava credibilidade nas instituições e a imprensa estava em alta com a sociedade. Então acreditaram em nós e falaram primeiramente conosco.

- Como se deu o fluxo de fontes oficiais e não-oficiais?

- Marília: Havia a preocupação de ouvir as histórias dessas pessoas, mas não dava para ouvir apenas essas pessoas. Nós tivemos a preocupação de apurar todas as histórias, confirmar com PF, MP, embaixada, consulado, etc. Nós confirmamos tudo que as garotas diziam, como horário dos vôos, data de viagem, tudo.

- As partes investigadas tentaram de alguma forma ocultar as informações publicadas?

- Marília: Muito. Primeiro negaram muito, depois ela dificultou o máximo a apuração. Ela desapareceu, não dava entrevista para ninguém, apenas seu advogado. Mas também porque ele estava com a intenção de configurar seu nome como o advogado da mulher que fez um dos maiores esquemas de tráfico internacional de mulheres. Depois, a "Rebeca" proibiu até seus familiares de darem entrevistas e isso foi nos dificultando, mas depois soubemos conduzir a questão e pegamos as informações necessárias. O marido dela, um senhor espanhol, passava algumas informações no início. Mas após eu informar que eu era jornalista, ele começou a falar que não me entendia e desligou o telefone.

- Durante a apuração da pauta, o repórter recebeu algum tipo de ameaça e/ou correu algum risco de morte?

- Marília: Sim, mas nada grave. Um dos acusados chegou a dizer que eu estava mexendo com coisa muito perigosa; tentou me coagir, disse que poderia acontecer algo ruim comigo caso eu continuasse com as reportagens.

- Em caso de ameaça de morte e/ou risco de vida, qual foram os procedimentos adotados pelo repórter? E pela empresa?
- Marília: Eu avisei minha editora, mas nós desconsideramos o fato, pois o caso já estava sendo amplamente discutido na sociedade e a Polícia Federal já estava fechando o cerco aos envolvidos no esquema.

• ÉTICA

- Houve algum tipo de escuta ou de captação de imagens sem que a parte investigada tivesse conhecimento ou permitido?
- Marília: Não. Pelo menos da minha parte não, mas a equipe de televisão utilizou. O que foi um agravante, mas no meu caso, eu não precisava de imagens, apenas de depoimentos. Pois eu podia fazer muito bem uma foto da fachada da boate que cairia muito bem na reportagem. Mas eu não considero ilegal utilizar escuta, pois no caso de jornal, serve como prova do que foi dito, para se resguardar. Mas quando é para expor é uma situação complicada, depende de cada situação. Uma coisa é chegar e conversar com o suspeito, se identificando como uma outra pessoa e depois publicar aquilo. Pois isso é errado. O interessante é fazer isto tudo e depois se identificar como jornalista e pegar novamente o depoimento do suspeito. Pois ai sim você consegue desbancá-lo, e o que é melhor, sem conflitos éticos, penso.